

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LUCAS ALENCAR DE ARAUJO

DEMOCRACIA E SEGURANÇA PÚBLICA:  
a participação civil na gestão da repressão em São Paulo.

São Paulo

2023

**LUCAS ALENCAR DE ARAUJO**

**DEMOCRACIA E SEGURANÇA PÚBLICA:**  
A participação civil na gestão da repressão em São Paulo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Ademir Alves da Silva.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ademir Alves da Silva (PUC-SP)

---

Maria Lúcia Silva Barroco (PUC-SP)

---

Vera Malaguti de Souza Weglinski Batista (UERJ)

O presente trabalho foi realizado com apoio do **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** processo nº161582/2021-4.

## AGRADECIMENTOS

À minha filha. Apesar de tão pouca idade, foi a pessoa que esteve ao meu lado em todos os momentos de desenvolvimento desse trabalho. Foi com ela que descobri que todo poço tem um fundo, mas em compensação não existe limites para voar e ser feliz. Te amo, minha revolução.

À minha mãe, que sempre acreditou em mim. Na maioria das vezes acreditava mais do que eu mesmo podia acreditar. Sem ela eu não estaria aqui e em lugar nenhum. Obrigado pelo carinho com a Maria, por possibilitar que eu tivesse ao menos alguns dias para me dedicar a esse texto. Esse trabalho também tem o seu trabalho. Te amo.

Aos meus avós maternos que tanto negligenciei durante esses 2 anos. A vida foi corrida, mas você, vô, sempre investiu em mim.

Aos meus amigos, todos, sem nenhuma exceção. Lembro de todas as mensagens de incentivo, de acolhimento, cobrança, alegria, elogios. Tudo isso fez com que eu conseguisse elaborar esse texto. Amo vocês.

A Rosalina Santa Cruz. Professora, amiga e companheira de luta. Parceira de tudo. E que possibilitou que eu pudesse estar na universidade e ser assistente social atualmente.

Ao meu orientador Ademir, que me fez companhia durante todo o mestrado nas disciplinas e núcleos “recomendados fortemente”, nas correções dos trabalhos, elogios e críticas.

Aos colegas de NEPPPOS pelas trocas carinhosas, noites cansadas e muita diversão.

À Vera Malaguti Batista pelas ricas contribuições no exame de qualificação e a disponibilidade sempre muito carinhosa.

À Maria Lucia Barroco, também pelas ricas contribuições, críticas e elogios ao meu trabalho. Me sinto muito privilegiado.

A todos meus professores que me enriqueceram diariamente, enquanto pessoa, profissional e pesquisador. É um verdadeiro privilégio estar na PUC-SP.

A quem constrói ativamente os movimentos sociais que lutam pelo fim da violência estatal, das polícias e das prisões.

Às vítimas, sobreviventes e familiares do sistema de justiça criminal do nosso país.

“aquele alvará e a lili  
aquele assinado em sangue  
aquela alvorada e a lili  
rolêzinho na city num conversível  
não ver nem sinal de polícia  
abolição penal,  
não ter que pagar pra ser livre  
vai ser sal, das área  
vai ser  
vai ter o que cê quiser fumar  
o que cê quiser beber  
onde quiser colar  
o que cê quiser fazer  
nada faltará se a gente decidir que vai ser  
livre”  
Don L – Lili

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a relação entre democracia, segurança pública e a participação civil na cidade de São Paulo, a partir da implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública no final da década de 1980. A hipótese é a de que tais espaços de participação civil, embora acompanhem as medidas democratizantes das políticas sociais reivindicadas por movimentos sociais, os CONSEGS não demonstraram ser um instrumento de superação da conhecida tradição violenta e autoritária das instituições policiais, operando de forma a perpetuar e legitimar as violências praticadas contra a população mais pobre. Foi realizada revisão bibliográfica de pesquisas voltadas ao tema e consultadas as atas de reuniões do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu, assim como as publicações de suas redes sociais oficiais.

**Palavras-chave:** Segurança pública; democracia; participação civil; conselhos comunitários de segurança pública

## **ABSTRACT**

The present research aims to analyze the relationship between democracy, public security and civil participation in the city of São Paulo, based on the implementation of Communitarian Public Security Councils at the end of the 1980s. The hypothesis is that such spaces of civil participation, although they accompany the democratizing measures of social policies demanded by social movements, CONSEGS have not demonstrated that they are an instrument for overcoming the well-known violent and authoritarian tradition of police institutions, operating in a way that perpetuates and legitimizes violence committed against the poorest population. A bibliographical review of research focused on the topic was carried out and the minutes of meetings of CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu were consulted, as well as publications on their official social networks.

**Keywords:** Public Security; Democracy; Civil Participation; Public Security Communitarian Councils

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	9
INTRODUÇÃO .....	10
Capítulo 1 – Percursos para uma metodologia de pesquisa abolicionista penal.....	12
1.1 Profissão, conhecimento e ciência.....	12
1.2 O positivismo enquanto ciência burguesa: o social é natural? .....	14
1.3 O positivismo criminal e a ordem social em questão .....	16
1.4 Na construção de discursos deslegitimantes: o método de Marx.....	19
1.5 Para além da crítica, uma afirmação abolicionista penal.....	22
Capítulo 2 – Paradigmas sócio-históricos da segurança no Brasil.....	25
2.1 A ocupação colonial portuguesa .....	25
2.1.1 Tropas de linha, tropas de milícia e corpo de ordenanças.....	28
2.2 A passagem sem rupturas para o Império.....	32
2.2.1 A chegada da Família real e a criação da intendência.....	34
2.3 Velha República, novos inimigos. Nova República, velhos inimigos .....	37
2.3.1 Um sistema, duas criminalizações: o branco rebelde e o preto vagabundo.....	39
2.3.2 A criação da Força Pública e a profissionalização da repressão .....	40
2.4 A ditadura civil-militar: retomada do protagonismo das Forças Armadas e a modernização conservadora .....	42
2.4.1 O terrorismo reacionário e a Doutrina da Segurança Nacional .....	44
Capítulo 3 – Neoliberalismo, segurança pública e participação civil: o centauro punitivo brasileiro. ....	47
3.1 Redemocratização e o paradigma neoliberal da segurança em São Paulo.....	52
3.2 A criação dos conselhos comunitários de segurança pública em São Paulo e pontuações críticas .....	58
3.3 A participação civil na gestão da repressão: análise das atas do CONSEG Consolação .....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS .....	77
ANEXOS – ATAS DE REUNIÕES DO CONSEG CONSOLAÇÃO/HIGIENÓPOLIS/PACAEMBU .....	83

## LISTA DE FIGURAS

<b>1 - Editorial do CONSEG Consolação/Higienópolis/ Pacaembu .....</b>	<b>63</b>
<b>2 - Nota de Apoio à Operação Caronte.....</b>	<b>65</b>
<b>3 - Nota de Apoio à Operação Escudo .....</b>	<b>66</b>
<b>4 - Posicionamento do CONSEG contra as câmeras nas fardas.....</b>	<b>68</b>
<b>5 - ATA do dia 29/11/2022.....</b>	<b>70</b>
<b>6 - ATA do dia 25/04/2023.....</b>	<b>70</b>
<b>7 - ATA do dia 25/07/2023.....</b>	<b>71</b>
<b>8 - ATA do dia 29/11/2022.....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação se volta para o estudo da formação social das instituições policiais, para compreender como se dá a inserção dessas num contexto democrático e de participação civil em São Paulo. O principal objeto é responder qual relação é estabelecida entre os Conselhos Comunitários de Segurança Pública e as populações historicamente perseguidas pelas instituições de segurança pública, e se esses espaços podem ser considerados avanços na perspectiva de democratização e de redução das violências policiais praticadas cotidianamente.

No primeiro capítulo, intitulado *Percursos para uma metodologia de pesquisa abolicionista penal*, é apresentada a problemática da produção de conhecimento e as disputas políticas que atravessam as investigações no campo do serviço social, em especial na área de concentração da política social. Recorrendo aos autores clássicos e aos interpretes contemporâneos, busca-se desmistificar os mitos positivistas sobre os fenômenos sociais que os associam aos fenômenos naturais, e a ideia de uma busca por conhecimento neutro e livre de interferências de ideologias externas e do próprio sujeito pesquisador.

A linha teórica adotada para desconstruir os conceitos positivistas sobre pesquisa, conhecimento e relações sociais foi o método de Marx, tendo em vista seu caráter dialético e histórico, que possibilita o reconhecimento de uma forma revolucionária de relação entre pesquisador e objeto, assim como a defesa clara de um novo projeto societário a favor da emancipação da classe trabalhadora.

Já no segundo capítulo intitulado *Paradigmas sócio-históricos da segurança no Brasil*, buscamos identificar no percurso da formação social brasileira os paradigmas de segurança presentes em cada contexto, compreendendo que cada período é atravessado por diferentes conflitos e contradições, produzindo diferentes demandas relacionadas à ordem e controle social para a classe dominante, e por sua vez, diferentes formas e tecnologias de repressão são criadas.

O terceiro capítulo com o título *Neoliberalismo, segurança pública e participação civil: o centauro punitivo brasileiro*, se debruça sobre o processo de redemocratização do Brasil e as transformações sociais econômicas durante o avanço mundial do neoliberalismo. Aqui serão apontadas as particularidades do Brasil, e em especial São Paulo, na expansão das políticas de segurança pública e a continuidade das características autoritárias presentes nas instituições policiais apesar de avanços conquistados com a Constituição Federal de 1988.

Por fim, foi analisado o funcionamento do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu a partir de publicações nas redes sociais oficiais do conselho e das atas de reuniões realizadas no período de 12 meses. Constata-se com esse material que o CONSEG atua sob a perspectiva do direito penal do inimigo, identificando os problemas de insegurança majoritariamente nas populações pobres, pessoas em situação de rua ou que fazem uso de substâncias psicoativas, que transitam ou dividem o território.

## Capítulo 1 – Percursos para uma metodologia de pesquisa abolicionista penal

### 1.1 Profissão, conhecimento e ciência

A história do Serviço Social encontra-se enraizada nos principais problemas que emergiram junto à sociedade moderna, como a consolidação do modo de produção capitalista, seu processo de industrialização e o surgimento das expressões da “questão social”. Logo, conforme Setubal (2013), a profissão enquanto um campo de conhecimento também se confunde com um conjunto de problemas concretos que reclamam elucidações tanto teóricas quanto interventivas.

Mesmo a expressão “questão social” não é usada de forma consensual, tendo sobre ela diferentes sentidos. A abordagem adotada neste trabalho para se referir ao termo foi desenvolvida por Netto (2011), onde ele descreve que o uso da expressão surge para tentar dar conta dos primeiros impactos da industrialização na Europa no final do século XVII: o fenômeno do pauperismo. Nesse período foi possível relacionar pela primeira vez o crescimento da pobreza com o desenvolvimento da capacidade de produzir riqueza.

“Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, de sua supressão.” (Netto, 2011. P. 153-154)

Nossas características interventivas e reflexivas, enquanto assistentes sociais, nos colocam num lugar privilegiado de enriquecimento da produção de conhecimento científico por meio das nossas experiências sociais em campo, imersos na vida cotidiana

de trabalhadoras e trabalhadores que experimentam das mais variadas formas de violências, mas que também, por outro lado, produzem outras tantas formas de sociabilidade e resistência.

Essa compreensão sobre o papel do serviço social na pesquisa científica tenta romper com a ideia de que a profissão ainda é mera consumidora do conhecimento elaborado pelas outras áreas das ciências humanas. É inegável a influência dessa concretude das relações profissionais para a busca de novos saberes, e é nos momentos de intensificação dos conflitos políticos e econômicos, onde as expressões da “questão social” se agudizam, que os assistentes sociais são chamados para a arena de pesquisa.

No entanto, a produção de conhecimento não está livre de disputas entre tendências e entendimentos antagônicos sobre a pesquisa científica no serviço social. Parte dos profissionais podem adotar a perspectiva empirista, onde o aprofundamento em determinados assuntos se limita apenas a função de qualificar a prática profissional e criar novas instrumentalidades voltadas para a eficácia; na mesma linha, resistem aqueles que ainda acreditam haver uma cisão entre o conhecimento científico e a prática profissional, adotando o mito de que “na teoria a prática é outra”.

O campo da política social, área de concentração em que se localiza a presente pesquisa, não poderia ser diferente. Para Behring e Boschetti (2017), as concepções a respeito da política social devem sempre supor uma perspectiva teórico-metodológica, e essas obrigatoriamente anunciam as visões sociais e políticas de mundo de quem as adota, apesar de algumas advogarem pelo mito da neutralidade científica.

É comum que atualmente os debates na área sejam marcados por produções meramente prescritivas, idealizadoras de como as políticas sociais deveriam ser, sem trazer as complexas tensões envolvendo a forma como elas são; por vezes também excessivamente descritivos e com volumes saturados e dados técnicos que não falam por si. Esse tipo de material exige análise cuidadosa, exaustiva e que faça conexões com a realidade econômica, política e social subjacentes aos dados.

As consequências dessa forma limitada de descrição de dados “frios” e de idealizações burocráticas tendem a ser despolitizantes, dando importância central à

dimensão técnica e instrumental e secundarizando as disputas societárias que atravessam as políticas estatais do momento de sua formulação até sua execução (ou não) nos territórios onde habitam as populações.

Nos tópicos subsequentes buscaremos apresentar as duas principais correntes metodológicas que se encontram em lugares antagônicos e suas principais reverberações no campo da política social, e em especial, na pesquisa voltada para o campo da segurança pública. A primeira tratará brevemente da linha vinculada ao positivismo, caracterizada por sua função justificadora da sociedade burguesa e suas instituições políticas, econômicas e sociais.

A segunda será voltada para discussão do método crítico-dialético de Marx, suas contribuições fundamentais para aproximação com o objeto de estudo e realização da pesquisa voltada para a luta dos trabalhadores para o questionamento do status quo e suas agências ideológicas e legitimadoras, e subsidiar a construção de uma outra sociedade norteada pela abolição das classes sociais.

## **1.2 O positivismo enquanto ciência burguesa: o social é natural?**

O pensamento positivista tem sua inspiração nas ideias de Comte, que interpreta a sociedade a partir de uma epistemologia assimilada à natureza, onde supostamente reina a harmonia social, e a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis e independentes da ação humana. A centralidade de seu pensamento está na ideia de que, assim como nas ciências da natureza, é preciso afastar pressupostos, diferenciar juízos de fato e juízos de valor, ou em outras palavras, separar a ciência da ideologia.

Seu método de investigação científica baseado na observação supostamente neutra, objetiva e desligada dos fenômenos seria então capaz de produzir diferenciação entre *juízos de valor* e *juízos de realidade* (Durkheim, 1990). O sentido dado ao “positivo” empregado por Comte, tem como objetivo afastar as doutrinas consideradas negativas, devido influências ideológicas, políticas e consideradas revolucionárias.

Durkheim (1990) dá continuidade à tradição da sociologia positivista, tendo no seu naturalismo os fatos sociais enquanto coisas da natureza. A sociedade passa a ser lida como corpo animal, com sistemas de órgãos diferentes onde cada um exerce funções especiais. No interior desse organismo, é reconhecido que parte pode exercer funções prestigiadas e fundamentais, na tentativa de mimetizar um organismo vivo da natureza (Lowy, 2018).

Behring e Boschetti (2017) sintetizam o pensamento positivista de Durkheim afirmando que, na perspectiva do autor, o sujeito deve estar localizado num lugar exterior ao de seu objeto de estudo, suspendendo as pré-noções carregadas por ele. Dessa forma a pesquisa poderia alcançar a gênese e o funcionamento das instituições sociais, se apropriando da realidade objetiva pela observação, descrição e comparação.

Afastando influências ideológicas da pesquisa, o positivismo de Durkheim e Comte acredita ser possível consolidar a razão, construindo explicações pelo entendimento e não pelo sentimento. A apreensão dos fatos sociais e a classificação desses são operadas de forma binária, identificando os fenômenos “normais” que apresentem formas mais gerais e repetitivas, e os patológicos que assim são compreendidas pelo seu caráter excepcional dentro do funcionamento considerado regular da sociedade.

Podemos sintetizar a partir de Lowy (2018) que os principais pontos de fragilidade do positivismo estão em sua forma de reconhecimento a-histórico dos fenômenos sociais, sem considerá-los enquanto transitórios, perecíveis e susceptíveis de transformação pela ação humana; a negação da identidade parcial entre sujeito e objeto, assim como do conhecimento produzido dessa relação; não reconhecimento das implicações políticas e ideológicas das teorias sociais e a presença de classes antagônicas nas concepções dos problemas sociais.

### 1.3 O positivismo criminal e a ordem social em questão

No campo da política criminal<sup>1</sup>, o paradigma científico positivista exerceu forte influência com consequências observáveis até os dias atuais. Segundo Batista (2011) e Góes (2016), o positivismo criminal se consolidou na Europa num contexto de ruptura com o pensamento Iluminista, onde a chamada escola clássica, desenvolvida desde o século XVIII, demonstrava sinais de esgotamento de sua legitimidade por não garantir a prevenção dos delitos que se expandiam concomitante à acumulação de riqueza.

O classicismo representava naquele contexto o direito penal do fato, surgido com o objetivo de substituir os suplícios praticados pela monarquia e adequar o poder punitivo estatal aos paradigmas da razão, humanismo, liberdade e igualdade jurídica, orientados pelo liberalismo político e pela concepção de Estado enquanto resultado do contrato social. Tal revolução suprimiu o direito natural teocrático do qual derivava o monopólio do poder político monárquico.

Essa elaboração de um novo regime penal se justificava pela necessidade de alinhar o poder punitivo estatal às demandas de disciplinamento econômico dos trabalhadores a serem incorporados ao modo de produção capitalista. Os suplícios públicos e corporais prejudicavam as condições de extração de mais-valia e inviabilizavam a legitimidade necessária ao novo regime burguês.

Já no início do século XIX, a ciência avança em sua empreitada pela conquista de prestígio e influência, se tornando decisiva para o progresso capitalista. Para Olmo (2017), o desenvolvimento científico serviu enquanto elemento de prestígio da sociedade burguesa, consolidando a produção industrial conforme as novas demandas conjunturais nacional e internacionalmente.

Engels (2008) identificava que tal momento do desenvolvimento das forças produtivas na Inglaterra, concentrava populações em centros urbanos, tirando-as de suas posses e atividades anteriores, e submetendo esses trabalhadores a condições de

---

<sup>1</sup> Política criminal aqui é compreendida enquanto um conjunto de ações e instituições que compõe a política de segurança pública, política judiciária e política penitenciária (Batista, 2009)

exploração e concorrência cada vez mais agudas para atender as demandas de acumulação dos proprietários industriais, o que inaugurou um problema típico da sociedade capitalista, batizado de *pauperismo*<sup>2</sup>.

Ocorrem com mais frequência e intensidade as crises econômicas, as atividades de organizações sindicais dos operários, epidemias de doenças, aumento da pobreza entre outras expressões da dita “questão social”. Santos (2017) destaca que nesse momento se estabelece um paradoxo, exemplificado pelo avanço da mortalidade por exaustão de trabalho, enquanto a ciência promovia condições materiais que possibilitariam a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, ao mesmo tempo que aumentasse o volume de produção.

“A concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à concentração da população operária que, residindo nos seus arredores, vai incrementar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários” (Santos, 2017. P. 37)

Tal conjuntura de empobrecimento da população, germinação da luta organizada dos trabalhadores e complexificação das relações de produção, torna necessárias para a burguesia formulações de novos modos de prevenção e controle social, com objetivo prevenir riscos às elites industriais, conter possíveis processos de ruptura, sem que isso a leve aos antigos métodos do período de soberania monárquica.

A ciência é instrumentalizada como alternativa para fundamentar a manutenção da ordem política e econômica. Seu principal objetivo era encontrar explicações

---

<sup>2</sup> “[...] além de socialmente produzida, a escassez que gera o pauperismo não expressa sozinha a “questão social”. Outra característica que a particulariza como tal no âmbito da sociedade burguesa relaciona-se diretamente aos seus *desdobramentos sociopolíticos*. [...] a escassez que se reproduz nos marcos do capitalismo resulta da forma como estão estabelecidas as relações sociais de produção, podendo ser superada caso sejam superadas as formas de exploração do trabalho que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido.” (Santos, 2017. P. 30)

racionais dos novos fenômenos que se apresentavam nas relações sociais, se atentando aos fatos observáveis e descritíveis conforme um ordenamento lógico e causal.

Ocorre o acoplamento das teorias evolucionistas com o método sociológico positivista, produzindo a interpretação da questão social a partir da metodologia da observação experimental das ciências naturais, associando fenômenos sociais aos fenômenos naturais. Conforme Batista (2009), esse encontro metodológico se dá dentro dos manicômios, asilos, internatos e prisões, onde concentram-se os escombros humanos do exército industrial de reserva.

A edificação dessa nova legitimidade científica se deu sob a lógica seletiva das instituições totais. Minorias étnicas, imigrantes, mulheres, socialistas e tantos outros considerados responsáveis pelas destabilizações sociais, e que eram encerrados dentro das instituições totais, serviram de amostra para o desenvolvimento do paradigma etiológico racial, atribuindo causalidade entre crime e o próprio criminoso.

Esse novo paradigma de compreensão das expressões da “questão social” nas ciências sociais, substitui não só a antiga concepção classicista do *direito penal do fato pelo direito penal do autor* (Góes, 2016), como também transforma a função do Estado capitalista e a ideologia liberal – antes não intervencionista e reservado apenas à regulação jurídica da reprodução social, para agora intervencionista (Olmo, 2017).

Os conceitos de liberdade e igualdade da revolução burguesa precisavam ser reformulados baseados nas novas elaborações racistas, associando toda a desigualdade que tomava a sociedade europeia à uma suposta desigualdade genética entre humanos, e substituindo o arbítrio individual pelo determinismo das transmissões genéticas.

O principal precursor dessa nova ciência criminológica é Cesare Lombroso (2017) com a publicação de sua obra *O homem delinquente*, elaborada a partir de estudos antropológicos dentro das prisões, acumulando informações a respeito de características morfológicas que poderiam diferenciar aqueles considerados anormais dos sujeitos do tipo ideal europeu.

Atribuindo diretamente o crime à condição biológica do autor, a criminologia positivista dá ao fenômeno criminal uma condição ontológica e pré-constituída, tirando da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista a responsabilidade pelos conflitos sociais emergentes.

“Assim, a função da criminologia nesse momento, e daí sua importância, seria a de legitimar em nome da ciência a intervenção estatal contra os “resistentes” ao sistema (leia-se delinquentes e revolucionários). ... [C]om a entrada dos criminólogos no processo de elaboração das leis, preparou-se o cenário para uma cabal “cientifização” do controle social público na Europa ocidental...” (Olmo, 2017 P. 48)

Dentro da perspectiva positivista da política criminal, os alvos são costumeiramente sequestrados pelas instituições penais por uma condição natural, pré-determinada pela transferência genética e moral que os impediriam de atingir o desenvolvimento civilizatório burguês.

#### **1.4 A construção de discursos deslegitimadores : o método de Marx**

Com o objetivo de questionar os fundamentos metodológicos positivistas expostos anteriormente, buscaremos no presente tópico apresentar as contribuições teóricas do campo marxista para iniciar a construção de um percurso deslegitimador das instituições penais. O método de Marx será o escolhido para o desenvolvimento de toda a pesquisa, logo, se faz necessário apresentar, de forma sintética, seus fundamentos.

Segundo Netto (2011), o método científico compõe um dos problemas centrais e mais polêmicos das ciências humanas. Diferente dos autores positivistas, alinhados ao pensamento burguês de legitimação, Marx via o método como problema teórico ou filosófico e ideopolítico. Nesse caso a teoria social está vinculada a um projeto societário revolucionário, bem como às análises teórico-metodológicas decorrentes.

Lowy (2018) ressalta que Marx jamais escondeu a perspectiva de classe que orienta todo o seu pensamento. Além de revelar o caráter burguês das ciências

positivistas, afirmou o caráter proletário de seu próprio ponto de vista. A ciência produzida pelo movimento histórico se associando a ele pelo conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e passa a ser revolucionária.

Logo, a teoria social crítica de Marx traz inovações a respeito da relação sujeito-objeto, adotando uma análise relacional, se diferenciando do empirismo positivista demonstrado anteriormente. Para Behring e Boschetti (2017), ao investigar as políticas sociais a partir do método crítico-dialético, é necessário compreendê-las enquanto processos e resultados de relações complexas e contraditórias.

Nessa perspectiva, é compreendido que a política social surge de relações conflituosas, resultado das tensões da luta classe, atravessadas pelo modo de produção capitalista, sem se valer de enfoques restritos ou unilaterais. Não se trata apenas de algo que parte da iniciativa exclusiva do Estado para responder a determinadas demandas políticas e sociais ou, por outro lado, o que se explicaria unicamente como fruto da pressão dos trabalhadores.

“A investigação sob o enfoque do método da crítica da economia política proposta por Marx consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa.” (Behring e Boschetti, 2017 P. 38)

Ao contrário das ciências burguesas que buscam dar as suas conclusões e leis um caráter natural e independente dos interesses de grupos sociais, o método de Marx apreende cada forma por sua configuração histórica e seu conteúdo de lutas entre classes sociais antagônicas.

Conforme Luckács (1981), ao contrário do método positivista, que transplanta as formas de investigação das ciências da natureza para a realidade social, na tentativa de mediatizar fatos “puros” pela observação, abstração e experimentação, o método dialético-crítico, busca apreender o núcleo histórico dos fatos; permitindo compreender

que se trata de uma realidade socialmente produzida nas relações humanas, sendo possível também sua transformação radical.

O pensamento marxista também pode sofrer de influência positivista, produzindo diversos mitos observáveis em obras de intérpretes de Marx, como o de que as análises meramente econômicas da sociedade seriam suficientes para explicar os sistemas políticos e as formas culturais de uma determinada realidade histórica (Netto, 2011). Já no campo adversário, como no caso de Weber (2022), as críticas ao pensamento marxista apontam para uma falsa tendência à monocausalidade dos processos sociais.

É pertinente, portanto, a defesa por Lukács (1981) da ortodoxia do pensamento marxista, que segundo o autor não significa

“[...] adesão acrítica aos resultados da pesquisa de Marx, nem “fê” numa ou noutra tese marxiana ou a exegese de um texto sagrado. A ortodoxia, em matéria de marxismo, refere-se, ao contrário e exclusivamente, ao *método*” (Lukács, 1981. P.60)

Tal método não se limita a um conjunto de regras formais, passíveis de aplicação a um objeto determinado, nem a um conjunto de regras que o pesquisador simplesmente escolhe. A teoria produzida não mimetizaria um reflexo no espelho, onde a realidade é apreendida de forma mecânica e passiva pelo pesquisado.

A teoria produzida a partir do método de Marx seria a reprodução ideal de um movimento real do objeto investigado, realizado pelo sujeito que pesquisa. Este reproduz pelo pensamento a dinâmica e a estrutura do objeto de pesquisa, e essa reprodução que constitui o conhecimento teórico, será tanto mais real quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. Para Netto (2011), o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador representa o real reproduzido e interpretado no plano ideal.

A relação entre sujeito e objeto é diferenciada em comparação ao positivismo. Invés do lugar de exterioridade, com o objeto de apreensão da realidade de forma neutra

e livre de influências ideológicas, o método de Marx anula qualquer pretensão de neutralidade associada à objetividade; a relação é de implicação entre ambos.

Assim como Marx não elaborou uma lógica a ser aplicada ao capitalismo, mas sim a apreensão da própria lógica do capital, o método dialético-crítico possibilita aos estudos da política criminal o entendimento de como o modo de produção vigente e suas necessidades são determinantes para as formas objetivas da estrutura e dinâmica de suas instituições sociais, como a segurança pública.

### **1.5 Para além da crítica, uma afirmação abolicionista penal**

A partir da comparação entre as duas principais tendências antagônicas no campo da metodologia de pesquisa, o pensamento de Marx tem seu diferencial na associação do conhecimento a um projeto revolucionário e explicitamente alinhado aos interesses de uma classe social, no caso, a classe trabalhadora. O positivismo, por sua vez, buscou construir respostas para os dilemas da sociedade burguesa sob a perspectiva de uma falsa neutralidade técnica, tentando explicar seus fenômenos sociais à maneira dos naturais.

Folter (2008) compreende o abolicionismo penal também enquanto um método de estudo que busca subverter a forma como nos aproximamos intelectualmente do sistema de justiça criminal. Embora o autor adote para si a preferência pela abordagem foucaultiana da crítica, fundada na recusa da compreensão convencional sobre poder na ciência política, e em outros momentos, atribui ao pensamento marxista um suposto etapismo e a compreensão vulgar que as estruturas econômicas se colocam à frente de outras, a presente avaliação metodológica indica que o marxismo nos auxilia na elaboração de percursos para superação do castigo e das instituições penais.

Apesar de discordâncias pontuais ou de caminhos alternativos que podemos identificar nos diferentes autores da tradição abolicionista penal, Folter (2008) define um abolicionismo penal como bandeira carregada por diferentes barcos, com diferentes tamanhos e diversas quantidades de explosivos, não existindo uma ideia única em relação à maneira como irão explodir.

Em Hulsman e Celis (2018) é possível sintetizar fundamentos básicos, como a necessidade da coerência entre a opção filosófica-teórica adotada pelo pesquisador e sua prática concreta, e a crítica radical da ontologia do crime, trazendo novamente para o campo político os conceitos de crime, periculosidade, pena e tantos outros que são acriticamente absorvidos pela nossa linguagem cotidiana e usados para traduzir as mais diferentes situações conflituosas da vida social.

O pensamento marxista foi fundamental para a solidificação de uma teoria desconstrutora das até então inquestionáveis verdades jurídicas da sociedade burguesa, mesmo que os clássicos não tenham se voltado ao tema de forma central (Batista, 2009). Grande parte do conhecimento derivado do legado de Marx resultou na compreensão do sentido classista das criminalizações e sobre quem o poder punitivo estatal recai cotidianamente.

Ainda Jovem, Marx (2010) faz referência direta ao conceito de segurança na obra *Sobre a Questão Judaica* ao analisar os princípios da declaração dos direitos do homem e do cidadão, elaborados durante o processo revolucionário burguês na França. A segurança compõe a lista dos direitos naturais imprescindíveis, juntamente com a igualdade, liberdade e propriedade.

Tais direitos e seus limites são determinados pela lei, assim como uma propriedade rural é dividida por cercas. A liberdade não se baseia na realização mútua entre homens, mas sim na restrição do outro, operando na mesma lógica da propriedade privada. Portanto, para Marx (2010), os *droits de l'homme* são destinados a benefício dos membros da sociedade burguesa, e de uma idealização de homem individualista, apartado da comunidade.

Para a Declaração, a segurança consiste na proteção concedida pela sociedade aos seus membros com o objetivo de preservação de sua pessoa, seus direitos e de suas propriedades. Em Marx (2010), a segurança se torna o conceito social soberano da sociedade capitalista, pois garante que todo o conjunto da sociedade só exista para garantir sua forma de realização pela acumulação privada de riqueza, tendo sua expressão concreta na polícia.

Nesse sentido, não há antagonismos entre a tradição político-social do abolicionismo penal e o pensamento marxista, sendo o encontro entre esses dois campos teóricos fundamental para a superação de heranças positivistas presentes na teoria social crítica - que por muitas vezes insiste em tratar a prisão como uma realidade natural na vida humana e a crime como resultado da condição de pobreza e marginalidade que vivem os trabalhadores, o que resultou na continuidade da violência brutal do sistema de justiça criminal nas experiências do socialismo real (Christie, 1998).

Já para algumas correntes do abolicionismo penal, que por vezes elaboram suas teorias a partir de uma realidade política, social e econômica diferente dos países latino-americanos, a aproximação com o marxismo pode servir de ponte para reduzir distanciamentos produzidos pela longa história de colonização escravista e evidenciar que os benefícios do estado de bem estar-social só puderam ser vividos no velho continente devido a luta internacional dos trabalhadores na construção do socialismo e a superexploração dos países periféricos (Bering e Boschetti, 2017). Essas constatações tornam imprescindível que a produção intelectual na academia e de práticas cotidianas de enfrentamento do poder punitivo estejam associados à um projeto revolucionário.

## Capítulo 2 – Paradigmas sócio-históricos da segurança no Brasil

### 2.1 A ocupação colonial portuguesa

O objetivo do presente capítulo é descrever de forma sintética as particularidades do funcionamento da segurança durante o processo de ocupação colonial portuguesa. Nesse período a colônia brasileira é caracterizada como alvo de um empreendimento do capitalismo mercantil, colocando-a no lugar de produtora e exportadora de produtos primários para o mercado internacional. Sua forma de produção se dá por meio de grandes extensões de terra e exploração da força de trabalho de homens e mulheres negros e indígenas escravizados. Portanto, a dinâmica social interna é definida por dois principais tipos sociais básicos: os senhores e os escravos.

Esta inserção das colônias no processo de ampliação da acumulação capitalista se efetiva não de maneira natural, mas por meio da violência organizada e racionalizada dos Estados europeus, estabelecendo relações de dependência comerciais, legais e monopolistas, através de expropriação econômica e dominação política. Nesse sentido o militarismo possui importante função para a consolidação da dominação dos territórios ocupados.

Moura (2020) caracteriza o momento inicial da invasão dos portugueses até a extinção formal do tráfico de africanos como *escravismo pleno*. Para o autor, o modo de produção escravista que se instaura no Brasil era uma modalidade econômica que só poderia ser viabilizada em função do mercado internacional. Esse mercado, por sua vez, só poderia fazer do seu papel de comprador e acumulador de capitais algo vantajoso, caso houvesse aqui indispensavelmente a exploração de trabalho escravo,

O período destacado de ocupação colonial tem como característica a operação de um tipo de poder *soberano*. Nesse regime de poder, o soberano possui objetivamente o direito sobre a vida e morte de seus súditos, tendo o corpo como alvo privilegiado das investidas punitivas. No entanto, Foucault (2010) abandona a perspectiva de que a penalidade é única, e antes de tudo, uma maneira de reprimir. Não se tratando de mecanismos negativos para reprimir, suprimir, impedir e excluir. O autor define a penalidade enquanto uma artificio ligado por uma série de efeitos positivos e úteis. No

caso das economias servis, os mecanismos punitivos ou de segurança no geral, tem como papel trazer mão de obra suplementar para constituir uma escravidão “civil”.

A história da formação social brasileira está implicada de forma simbiótica à história da acumulação do capital e de seu desenvolvimento internacional. Nesta perspectiva, é possível demarcar os limites da análise sócio-histórica sem restringi-la a uma homogeneidade geopolítica, mas ao contrário, reconhecendo especificidades internas e concomitantemente os nexos que essa formação tem de dependência comercial e legal com a metrópole, constituindo um duplo processo de expropriação econômica e dominação política.

Para Fernandes (1973), é possível destacar três momentos das funções das forças que compõe o militarismo colonial. O primeiro configura propriamente o momento de “descoberta” e ocupação das colônias, criando condições para a preservação de sua formação; O segundo estabelece os mecanismos de ocupação e preservação da terra, atravessado objetivamente por massacres contra os povos originários e a sujeição desses à dominação portuguesa.; E por fim, a função definitiva de continua manutenção da ordem social da colônia.

É importante destacar também que nesse período não havia distinção entre sujeitos civis e militares, sendo todo colono um homem armado com a função de defesa das terras expropriadas. O controle social para manutenção do regime que se consolidava se deu nesse período embrionário da colônia brasileira sob o domínio dos senhores de engenho.

Dadas as características de domínio privado no exercício de dominação colonial, até meados do século XVIII o poder punitivo é relativamente descentralizado, autônomo e localista. O poder da coroa concentra-se sobretudo nas capitais e sedes, personalizado na figura do governador, deixando o restante do território sob o controle imediato dos proprietários de terras e sua influência na política administrativa das câmaras municipais. Para Fernandes (1973), o senhor de engenho era revestido de independência econômica, poder de mando e prestígio social exclusivo.

Essa forma de organização do domínio colonial não ocorria sem ambiguidades também entre os próprios proprietários. Se havia completo alinhamento em relação à necessidade de preservação da colônia face à pressão interna como a resistência indígena e a revolta negra, e externa com a ameaça iminente de invasão de outros países europeus, e compreensão hegemônica sobre a manutenção das relações internas de produção escravista, o ponto referente à manutenção da situação de dependência à coroa portuguesa poderia ser motivo de preocupação para Portugal (Fernandes, 1973).

Em São Paulo, o período seiscentista de formação colonial da região foi marcado pela realização de *expedições* por parte dos colonos, ficando conhecido como “ciclo de caça aos índios” (Monteiro, 2022). Uma das mais conhecidas expedições descritas pelas produções históricas sobre o século XVI é a *expedição Raposo Tavares*, partindo de São Paulo sob a liderança de Antonio Raposo Tavares, chegando até o Belém do Pará com o objetivo de capturar indígenas para atender as demandas de força de trabalho dos empreendimentos coloniais.

Conhecidos como grandes *sertanistas* devidos as constantes expedições realizadas pelas regiões interioranas, os paulistas acumularam amplo conhecimento territorial que serviu para a organização de vilas e de repressão contra os povos originários. Em seguida, esses sertanistas foram batizados de *bandeirantes*, constituindo um fenômeno permeado pela ideologia da perseverança, coragem e heroísmo, secundarizando toda uma realidade de aprisionamento, tortura e escravização dos indígenas da época.

Conforme Monteiro (2022), durante todo o século XVI, os *bandeirantes* foram os principais reesponsáveis pelas incursões nas regiões de interior que abasteceram não só o litoral com força de trabalho indígena, como também as regiões de planalto, possibilitando a produção e transporte de excedentes agrícolas, articulando as regiões de Serra Acima com outras partes da colônia portuguesa e o circuito mercantil internacional do Atlântico meridional.

Essa lógica comercial, com exploração do trabalho dos povos originários demonstra um processo histórico específico na estrutura da sociedade colonial na região de São Paulo. Esse processo é atravessado por relações de integração, escravização e

destruição desses povos, dentro de uma estrutura elaborada para submetê-los a um controle contra fugas, revoltas e qualquer tipo de ação contra a sociedade que se constituía.

O escravizado negro é absorvido tardiamente na província paulista, sendo também um fator determinante para um novo dinamismo do desenvolvimento econômico da região num momento posterior em comparação às províncias do nordeste onde essa força de trabalho já se encontrava de forma massiva, passando antecipadamente pelos momentos de prosperidade e decadência.

Ao contrário de como ocorreu durante todo o *escravismo pleno* em diferentes regiões da colônia, São Paulo foi abastecida por essa nova mão de obra com a oferta já presente internamente, de onde a decadência da agricultura de exportação fazia o sustento desses trabalhadores mais custoso do que lucrativo.

Para consolidação da ocupação da terra e viabilização das atividades econômicas agrárias, somada com a preocupação quanto à manutenção da situação de dependência da colônia em relação à Coroa portuguesa, são criadas em meados do século XVIII as primeiras tropas regulares permanentes. Em São Paulo, em particular, até 1767 não havia a presença de nenhuma instituição repressiva permanente, sendo as tropas criadas ocasionalmente, e desfeitas após uso para necessidades pontuais. (Fernandes, 1973)

Para Fernandes (1973), essas primeiras forças repressivas foram organizadas em três categorias: tropas de linha, tropa de milícia e corpo de ordenanças. Os paulistas consolidam sua fama como “povo prussiano, com “espírito militar” e “soldados por natureza” devido ao recrutamento compulsório de toda população ao serviço militar e as constantes participações nas guerras em diversas regiões nacionais.

### **2.1.1 Tropas de linha, tropas de milícia e corpo de ordenanças**

A formação do sistema repressivo e militar luso-brasileiro tem como base a mimetização das matrizes bélicas portuguesas, fruto de diálogos com outros povos, de saberes acumulados historicamente e da própria experiência de expansão ultramarina,

posteriormente aplicadas no Brasil. Tal sistema cria ferramentas administrativas para o governo das américas sob domínio português, se valendo de todo um arcabouço formal, legal e administrativo. A América é forjada, portanto, enquanto um acúmulo de influências bélicas, reformas e necessidade de sobrevivência da Coroa.

Na estrutura administrativa adotada, o poder soberano da Coroa era concentrado nas capitais, em especial nas figuras dos governadores. Os locais mais distantes dos centros estavam sob o controle imediato dos proprietários de terra e a influência econômica e política desses sobre as câmaras municipais.

Com a necessidade de manutenção da ordem interna, sua relação de produção e o estatuto de colônia portuguesa, torna-se necessária a criação de tropas responsáveis pela garantia dos interesses da coroa e dos colonos frente aos movimentos de independência emergentes em meados do século XVIII. É após o período de restauração do Reino de Portugal, em 1640, que se inicia o processo de instituição de forcas permanentes, tanto na Metrópole como na Colônia. Organizadas em três tipos diferentes, variando entre regulares e auxiliares, essas tropas são denominadas: *tropa de linha* (ou primeira linha), *tropas de milícia* (segunda linha) e o *corpo de ordenanças* (de terceira linha) (Fernandes, 1973).

A *tropa de linha* tinha como característica sua forma regular, representando a principal base de sustentação do poder metropolitano (Fernandes, 1973). Sua composição é dividida entre oficiais portugueses e praças colonos. Sua forma de recrutamento era o engajamento voluntário dos considerados desocupados, vadios, libertos, criminosos e o recrutamento forçado dos despossuídos em geral.

Já a *tropa de milícia* tem como característica a atuação auxiliar em relação as tropas de linha. Seu efetivo é composto pelo agrupamento da própria população colonial, sendo um serviço obrigatório e não remunerado. Em regra, as pessoas que ocupavam os postos de milicias não abandonavam suas ocupações regulares. Os recrutamentos eram organizados de forma territorial, obedecendo aos bairros onde as pessoas moravam, as condições sociais e profissionais. Cargos de comando eram ocupados por pessoas indicadas pelos proprietários coloniais e por militares de carreira destacados pela Coroa para organizar e instituir a tropa (Fernandes, 1973).

Quanto ao *corpo de ordenanças*, a composição é feita por pessoas de várias camadas sociais deferentes da população colonial, que não estavam engajados nas tropas de primeira e segunda linha, com a idade entre 18 e 60 anos. Originalmente criada em Portugal em 1559, essa composição de tropa é regulamentada no Brasil após a instituição do Regulamento de Ordenanças, em 1768. Suas principais características são os limites estacionários (não podendo atuar fora dos municípios onde estão instituídos), a falta de equipamentos e treinamento disciplinar. Desempenhavam funções administrativas e policiais, possuindo um caráter mais civil do que militar.

Conforme Holloway (1997), apesar de que essas tropas tenham sido um dos poucos recursos oficiais de controle social por um período significativo, elas por sua vez não possuíam mais poderes do que qualquer outro civil da colônia, sua principal função era direcionada a realizar prisões em flagrantes e inibir eventuais delitos apenas com a presença física em locais de comércio e aglomerações.

“Esse sistema de clientelismo e controle social funcionava com certa regularidade somente nas capitais provinciais ou em suas cercanias e em outras cidades importantes. Nas zonas rurais da imensa colônia esparsamente povoada, a vontade do coronel local ou do líder da região mantinha o controle da situação, com apoio de capangas armados a seu serviço” (Holloway, 1997. P. 45)

Em São Paulo, a primeira tropa de linha foi instituída apenas em 1775, sob determinação do Vice-rei Marques de Lavradio, conhecida como *Legião de Voluntários Real*. Conforme Fernandes (1973),

“Trata-se de uma tropa paga e sua arregimentação atinge todas as camadas da população colonial (livre) e independentemente da cor. Criada para substituir as companhias irregulares de Aventureiros nas campanhas do sul, seu efetivo, em tempo de paz, é de 1.000 homens divididos em 10 companhias (6 de infantaria e 4 de cavalaria). Em tempo de guerra o efetivo das companhias era dobrado. Os soldados podiam ser de qualquer cor (desde que fosse livres ou libertos), solteiros

ou casados e tudo que pilhassem ao inimigo lhes ficariam pertencendo (o tempo de serviço era de oito anos)” (Fernandes, 1972. P. 38).

A origem desta tropa está relacionada às lutas do sul, desde a invasão dos espanhóis até a independência do Uruguai. Ao fim dessas campanhas, é fixada em São Paulo com a responsabilidade de fazer a guarda do palácio, das prisões, hospitais, armazéns e da casa de fundição. E o primeiro quartel é criado em São Paulo no ano de 1778.

Segundo Fernandes (1973) essa força militar sofre uma reorganização a partir de 1808 onde passa a se chamar *Legião das Tropas Ligeiras*. O efetivo tem um aumento significativo, chegando a agrupar 1.556 homens em períodos de paz, e 2.442, em tempos de guerra. Sua arregimentação era composta por voluntários, recrutados e soldados das milícias, divididos entre soldados *permanentes* e *licenciados*.

A divisão também respondia a diferenciações econômicas e sociais da população colonial. Enquanto os soldados licenciados eram reservados prioritariamente aos proprietários de comércios, agricultura e artesãos; os soldados permanentes eram reservados para a população pobre, que eram obrigadas a abandonar suas ocupações originais para prestarem serviço para a tropa.

Para os pobres, os postos para soldados permanentes não representavam nenhum prestígio, significando a morte ou a miséria. Não havia armamento e uniforme regular, os atrasos nos pagamentos eram constantes e os recrutas eram sujeitos a intensa disciplina militar e castigos físicos.

As instituições policiais enquanto aparelhos estatais modernos, tanto no centro quanto nas periferias da divisão internacional do trabalho, surgem na transição do século XVIII para o século XIX. Essas transformações coincidem com a difusão da ideologia liberal entre os membros de uma elite minoritária e a adoção de mecanismos impessoais de coerção. É assumido, portanto, o papel das instituições de Estado no lugar antes ocupado majoritariamente pelo poder privado.

## 2.2 A passagem sem rupturas para o Império

O processo de transição do país da condição de colônia portuguesa para a independência política, também não foi atravessado sem grandes contradições entre a elite alocada no Brasil e a Metrópole. Esse período é caracterizado pela restauração do poder político dos proprietários de terra e reestruturação do Estado para enfrentar os novos problemas que se apresentavam.

Em Portugal, o regimento absolutista se complexifica no plano econômico, coabitando um sistema feudal com o mercantilismo em desenvolvimento. Nesse contexto, as principais contradições encontram-se na relação entre nobreza e burguesia. Era necessário para o estado português se fortalecer frente ao poder feudal, mediado pela capacidade de dinamizar os mecanismos de criação de riqueza, possíveis apenas com medidas de liberalização da iniciativa privada.

Já na colônia, os interesses dos proprietários de terra eram gerar lucros para a empresa colonial, e por isso, estavam comprometidos organicamente com a ordem política que garantia as relações de produção. Nesse sentido, a forma como os proprietários estavam alinhados com os interesses coloniais explica, em parte, o caráter *privado* do controle social contra a população escravizada.

No início do processo de ocupação colonial portuguesa, a Metrópole não tinha condições concretas de exercer pleno domínio político e onipresente sobre a colônia. Mas dadas as circunstâncias supracitadas, Portugal não necessitava desses aparelhos de dominação formalmente constituídos, pois não havia antagonismos nos interesses dos proprietários e de Portugal.

Não é possível dizer, no entanto, que o poder estatal inexistia no interior do domínio colonial. Para Fernandes (1973), seguir por esse caminho seria confundir *poder de estado* e *aparelho estatal*. O proprietário de terra alinhado com a ordem política e econômica de Portugal, exerce de forma privada o *poder de estado*.

No âmbito público, essa soberania da coroa investida nesses proprietários era exercida pela influência desses nas câmaras municipais. Esse movimento corre até

meados do século XVII, e apesar desse poder operado com o objetivo de preservar as relações sociais de produção, não significava também, uma autonomia ou hegemonia desse setor na sociedade colonial.

Posteriormente, o Estado português necessitava superar o poder feudal, para isso investiu na dinamização do capital, fornecendo-lhe autonomia econômica e política. As consequências dessa decisão estavam no imediato risco instaurado na condição colonial da América portuguesa.

Em contrapartida, tal dinâmica fortaleceu o Estado português, dando a ele cada vez mais condições de exercer o seu domínio absolutista, aumentando substancialmente sua participação na apropriação da riqueza colonial. Inaugura-se nesse momento os antagonismos dos proprietários no interior da colônia e os interesses da Coroa.

As principais características desse antagonismo de interesses são a imposição de barreiras para a expansão privada no interior da colônia frente a necessidade dos proprietários em dinamizar o processo de expropriação em curso. A autonomia econômica representava maior independência política, abrindo espaços para maior diferenciação de interesses entre colônia e metrópole.

“Multiplicam-se as restrições comerciais, estabelece-se o sistema de companhias comerciais em funcionamento de monopólio, aumentam as imposições fiscais e, o que é fundamental, proíbe-se a expansão das próprias atividades produtivas em ramos que concorressem com as produções do Reino” (Fernandes, 1973. P 59)

Ocorre dentro da colônia maior pressão e interdição direcionada aos colonos transformando estes em “nativos”; Maior centralização administrativa com a dissipação dos poderes das câmaras municipais e onipotência dos governadores vinculados a Portugal. No século XVIII a Coroa portuguesa se consolida enquanto autoridade máxima no interior da Colônia.

“Inicia-se, portanto, a diferenciação dos interesses entre Metrópole e Colônia dada pela obstrução aos nativos da livre expansão das atividades

lucrativas, no momento mesmo em que maior autonomia econômica significa também maior autonomia política frente ao Estado”.  
(Fernandes, 1973. P 60)

### **2.2.1 A chegada da Família real e a criação da intendência**

A chegada da família real ao Rio de Janeiro significa o fim do processo de centralização imposto pela Coroa portuguesa. É restabelecido o incentivo do Estado ao livre desenvolvimento privado das atividades econômicas na Colônia, representado pela abertura dos portos e ampliando a autonomia aos colonos. Retoma-se, a partir de novas bases, o antigo equilíbrio.

Essa mudança representa vitória dos colonos proprietários frente a agonia do Estado absolutista e dos interesses comerciais manufatureiros portugueses. Trata-se de ascensão ao poder desses mesmos proprietários, em termos hegemônicos, com o propósito de exercer um poder não mais como determinação externa, mas organizado internamente enquanto forma de Estado-Nação.

É iniciado um novo momento na formação social brasileira. Moura (2020) classifica o período de *liberalismo escravista*, que adotava um discurso formal alinhado às tendências liberais europeias que aplicado à realidade nacional, entrava em colisão direta com a resistência em admitir a população escrava em seus quadros institucionais.

“Por isto mesmo, todas aquelas benfeitorias, que favoreceram e urbanizaram o Rio de Janeiro e outras regiões, foram feitas pelo trabalho escravo. A mesma coisa podemos dizer com o que aconteceu no interior, quanto à produção das fazendas de café, ou dos canaviais do Nordeste que continuavam a produzir dentro das mesmas técnicas e os mesmos instrumentos de trabalho da era colonial”. (Moura, 2020. P. 73)

Surgem na nova capital novas bibliotecas e jornais; são realizadas reformas nos portos e decretada a revogação da lei que proibia a manufatura em acordo com as medidas liberalizantes. De forma concomitante são tomadas medidas de manutenção do regime político monárquico, e garantia das mesmas relações de produção e exploração do trabalho escravo. Para Batista (2003), o Rio de Janeiro se torna a capital de um grande império atlântico na produção de artigos tropicais e no comércio de escravos.

A demanda pela força de trabalho compulsório de homens e mulheres negras continuava crescente. Esse modelo econômico e social satisfazia os interesses internos e externos das elites, interditando qualquer movimento para substituição do trabalho escravo para o trabalho livre. Ocorreu, na verdade, a conciliação dessas duas formas de trabalho no interior no país.

“Desde a chegada da corte, a demanda por escravos para trabalhos braçais e domésticos era crescente. Em 1821 a população escrava havia crescido mais que o dobro. Começou a constituir-se no período a cidade africana, ao mesmo tempo em que começavam a multiplicar o trabalho livre, nacional e estrangeiro.” (Batista, 2003. P.129)

Conforme Holloway (1997), para além das estruturas burocráticas e econômicas que vinham sendo desenvolvidas, era necessária a criação de uma legislação penal, instituições de procedimentos judiciais e exercício de um poder policial formalmente constituído para que o processo de transição para independência política fosse definitivo. As instituições policiais, em especial, representavam estruturas de modernidade, tanto no centro quanto na periferia da divisão internacional do trabalho, surgindo durante a transição do século XVIII para o século XIX.

A estruturação das polícias pelo mundo coincide com a expansão da ideologia liberal entre os membros das elites, e conseqüentemente, a preferência pela adoção de mecanismos impessoais e públicos de coerção. O espaço privado como majoritário para organização e execução do controle social é substituído gradativamente por instituições estatais.

“Usando a polícia, o Estado assumiu a tarefa de proteger a propriedade, o que na sociedade tradicional funcionava a cargo principalmente de particulares, e começa a exercer controle sobre o comportamento público, o que não era uma preocupação do Estado pré-moderno”. (Holloway, 1997. P. 21)

No campo da segurança, a chegada da Coroa também representa transformações substanciais na forma de organizar e estruturar o controle da ordem social. Como destacado anteriormente, no período colonial brasileiro não existia a estrutura de uma polícia profissionalizada, separada do sistema judicial e das autoridades militares. A criação dessa força policial nos moldes modernos, aconteceu primeiramente na cidade do Rio de Janeiro e posteriormente nas outras capitais das principais províncias, acompanhando a transição gradativa da condição de colônia para nação independente.

Durante o período que antecedeu a abolição da escravidão, o Brasil encontrava-se em pleno processo de construção de sua identidade nacional hegemônica. A principal questão a ser administrada pelas elites da época era a convivência entre o liberalismo político com o sistema imperial-escravocrata. Essa transição é caracterizada pela maneira com que o país encontrou para incorporar aspectos do liberalismo europeu, sem passar por rupturas com o tomismo, militarismo e religiosidade presentes nas matrizes ibéricas.

“Assim, busca-se sempre uma fórmula jurídico-ideológica que assimile uma hierarquização absolutista, que preserve as estratégias de suspeição e culpa do direito canônico e que mantenha vivo o arbítrio e as fantasias absolutistas de controle total” (Batista, 2003. P. 123).

A principal força repressiva responsável para atender essa complexa demanda de ordem do período imperial é a Guarda Real de Polícia, criada em maio de 1809, sendo uma réplica da mesma instituição criada em Lisboa. Ela tinha como característica sua organização militar com autoridade para perseguir criminosos e agir na manutenção da ordem pública.

Para Cotta (2012), os primeiros anos de institucionalização da Intendência de Polícia e da Guarda Nacional foram marcados pela preocupação com os delitos de

roubos, fugas e desordens, e nos seus anos finais o aparato policial se voltou contra os escravos armados. Para o autor, a principal contradição na importação dessas duas instituições para a realidade do Império brasileiro é que a tentativa do Estado em se modernizar nos parâmetros europeus convivia com a realidade escravista e de punições corporais públicas, diferente da realidade portuguesa na época.

### **2.3 Velha República, novos inimigos. Nova República, velhos inimigos.**

A fundação da República brasileira representou um contexto histórico marcado por importantes transformações nas estruturas burocráticas do Estado, das relações de trabalho e do processo de acumulação privada pela burguesia. Para Rago (2018), o início do século XX consolidou a nova sociedade urbana emergente nas principais cidades do país, lugares que abrigavam a classe operária formada por imigrantes europeus, vindos enquanto política de governo para substituir a população negra liberta.

Essa imigração ocorre sob a imagem idealizada dos trabalhadores brancos europeus, tidos como civilizados e laboriosos, ao contrário do imaginário produzido a respeito dos trabalhadores negros, apresentados oficialmente como incapazes de exercer determinadas modalidades de trabalho, apesar da historiografia demonstrar que eles desde o regime escravista tenham participado em todos os setores fundamentais da economia, inclusive o manufatureiro e artesanal<sup>3</sup>.

“Durante todo o tempo em que o escravismo existiu, o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios por mais diversificados que eles fossem. Sua força de trabalho era distribuída em todos os setores de atividade. No Rio de Janeiro especialmente sabemos que ele, como escravo urbano, desempenhava as mais variadas profissões a fim de proporcionar o ócio da classe senhorial”. (Moura, 2021. P. 98)

Moura (2021) destaca a partir dos materiais produzidos pela imprensa operária anarquista dos séculos XIX e XX, que além do negro brasileiro não ter sido absorvido

---

<sup>3</sup> Estima-se que cerca de 3,4 milhões de imigrantes europeus desembarcaram no Brasil com o objetivo atender a demanda, o mesmo número de negros escravizados traficados em 300 anos. (Flauzina, 2017)

automaticamente no novo regime universal de trabalho livre, também sofreu apatia dos trabalhadores brancos fundadas na mesma ideologia racista. Os negros passam a compor a franja marginal do proletariado nascente, que expressava em suas organizações de classe aspectos de barragem social baseados no preconceito de cor.

Nesse sentido, a proposta adotada para pensar o problema que se tornava o negro brasileiro no desenvolvimento do capitalismo nacional foi atribuir a essa população o mito de que foram bons escravos que posteriormente se tornaram maus cidadãos<sup>4</sup>. Tal produção sócio-histórica foi fundamental para responsabilizar a população negra por sua não integração definitiva na sociedade brasileira, apesar das garantias formais adquiridas com a Proclamação da República, justificando as desigualdades sociais herdadas do império e da colônia.

Já os imigrantes também trouxeram consigo de seus países de origem, além da força de trabalho, todo um conjunto de valores e tradições que frustraram as expectativas depositadas anteriormente. Desde experiências de luta operária já amplamente praticadas no velho continente até estilo de vida boêmio, tais comportamentos se tornam motivo de preocupação estatal e dos industriários, que se valeram de diversas tecnologias de disciplinamento no interior das fábricas e na vida cotidiana desses trabalhadores.

Para Flauzina (2017), o sistema penal forjado pela República não rompe com sua função de controle social das classes subalternizadas, mantendo o racismo como principal fundamento. No entanto, mudanças foram necessárias e aconteceram no sentido de substituir gradualmente as práticas explícitas de racismo herdadas do período colonial e imperial, onde as legislações eram marcadas por assimetrias entre negros e brancos formalmente delimitadas, para uma composição liberal aos moldes do famoso mito da democracia racial, em que o chicote sobrevivesse nas relações sociais imerso no subterrâneo da justiça criminal.

### **2.3.1 Um sistema, duas criminalizações: o branco rebelde e o preto vagabundo**

Com o início da industrialização da economia nacional, a decisão política de trazer massivamente imigrantes europeus para ocupar os novos postos de trabalho no campo e nos grandes centros urbanos, e o processo de marginalização da população negra que foi deliberadamente excluída das formas menos precárias de trabalho livre, produziu duas preocupações ao regime Republicano: a classe operaria branca anarquista e todo o segmento negro em circulação.

O temor das elites diante de uma nova dinâmica social e de novos atores dinamizadores resultou em novas regulamentações repressivas, onde é possível identificar diferentes marcadores raciais nos percursos criminalizantes, baseados no imaginário construído sobre a ideia da brancura produtiva, mas indisciplinada e da negritude desqualificada e ociosa.

Exemplos como o decreto 145, de 11 de junho de 1893 que determinava a prisão de “mendigos válidos”, “vagabundos ou vadios”, “capoeiras” e “desordeiros”, encaminhando-os para colônias correcionais da União e dos estados, mimetizando a Lei do Pobres inglesa; e o Decreto 5.221, de agosto de 1927, que censurava agremiações, sindicatos tornava o delito de greve inafiançável, demonstram as diferentes preocupações das elites e como diferentes legislações poderiam ser atravessadas por determinantes raciais sem que esses estivessem explícitos.

“Há, portanto, uma sutileza fundamental que distingue os pressupostos do esforço legislativo dirigido ao controle dos negros e brancos nesse período. Para os brancos, a censura materializada na criminalização estava relacionada à falta de interiorização da disciplina fabril e à indisciplinada política, enquanto para os negros a interdição estava estampada nos corpos, no potencial desarticulador gravado na existência desse segmento.” (Flauzina, 2017. P. 84)

As agências secundárias de controle, como as polícias, passam a ter ainda mais importância na função de garantia do sonho de ordem e progresso da burguesia. Essas exercem o poder de expulsão e banimento dos considerados vagabundos, delinquentes,

capoeiras, tendo participações nos contextos de rebelião e greve dos trabalhadores durante todo o período republicano.

Novas modalidades de legitimação da repressão e de justificativas ideológicas para as desigualdades sociais presentes na realidade brasileira ganham espaço. A criminologia positivista é incorporada nas instituições totais e se estreita com as práticas policiais cotidianas, sendo conhecimento base nas formações realizadas nas academias de polícia. Nessa perspectiva, o criminoso é identificado pelos seus aspectos biopsicossociais, como características corporais, cor da pele e padrões de comportamento.

As explicações para a condição do negro na nova sociedade de classe brasileira e daqueles imigrantes rebeldes, ou que também não foram integralmente inseridos nas melhores condições de trabalho disponíveis, voltam-se para esses próprios indivíduos, obscurecendo o próprio funcionamento da ordem social capitalista.

Para a explicação baseada no positivismo criminológico, esses sujeitos não possuíam condições orgânicas para pactuar os contratos necessários de uma sociedade liberal, resguardando a legitimidade republicana por meio de explicações científicas inspiradas no pensamento lombrosiano.

Para Góes (2016) e Alvarez (2002), a República fundiu a questão racial com a questão social, e o paradigma etiológico racial viabilizaria a gestão diferenciada de populações de uma mesma nação, conformando os princípios do republicanismo com a estrutura escravagista dos regimes anteriores.

### **2.3.2 A criação da Força Pública e a profissionalização da repressão**

A República também representou um momento de modificações e rearticulação das instituições de ordem pública. A formação política dos governadores e a insistência do exército em arbitrar na política nacional, resultou em um processo de rivalização entre forças estaduais que se consolidavam e o próprio exército que percebia estar perdendo parte do protagonismo (Fernandes, 1973).

O fenômeno do “estadualismo” estabelece a nova forma de realização da dominação estatal enquanto alternativa burocrática para diminuir o poder local concentrado nos municípios, conhecido como “coronelismo”. As principais mudanças nas forças de ordem que caminhavam para favorecer os governadores republicanos contra a política dos coronéis e a influência do exército nas decisões políticas, foram a reforma da polícia civil e a profissionalização do antigo corpo policial permanente.

A polícia civil é transformada em profissão de carreira a partir da reforma realizada em 23 de dezembro de 1905. Antes dessas mudanças, a maior parte da composição do corpo policial civil exercia suas funções sem remuneração oficial e suas atividades eram controladas pelos proprietários rurais de cada região. Após a reforma, a polícia, em tese, passou a atender o mantra republicano e liberal, estabelecendo as graduações hierárquicas e tendo o controle de suas atividades no domínio do presidente do estado.

Conforme Fernandes (1973), as mudanças no campo das forças de repressão, em especial em São Paulo, atravessam todo o período de 1889 a 1901, demonstrando que o país passava por grande instabilidade política e institucional. Tais mudanças seguiram a lógica organizativa do Império, tendo três formas de policiamento ostensivo diferentes: Corpo Policial Permanente, Companhia de urbanos e o Corpo Policial Local, que eventualmente existiram sob diferentes denominações. Essas forças e seus diferentes tipos organizativos poderiam coexistir ou em outros momentos alguns eram eventualmente extintos, voltando a existir em situações posteriores. No entanto,

“Neste período, a única força que não chegou a ser extinta foi a dos antigos Permanentes, atual Polícia Militar. Este dado é significativo, pois indica que, enquanto as forças do interior e da Capital surgem e desaparecem segundo as necessidades do momento, exatamente a força mais militarizada, a dos Permanentes, já se definira e se enraizara, como instituição necessária ao aparelho repressivo estadual” (Idem, 1973. P. 150)

Em 1901 acontece outra reorganização que se traduz num reagrupamento das forças repressivas estaduais, ganhando a denominação de Força Pública. Essa força foi dividida em Batalhão de Infantaria, Corpo de Cavalaria, Corpo de Bombeiro e Guarda Civil da Capital, tendo como principal característica a centralização num comando geral, perdurando até 1924.

Segundo Bretas e Rosemberg (2013) essa nova formatação policial que buscava se associar a um projeto de modernização de Estado, se constitui como modelo de policiamento rotineiro, regulado por leis, instruções e formado por um grupo policial identificado com a ocupação. Com essa nova ordem social, econômica e política, uma nova demanda repressiva se estabelecia, e como resposta qualitativa das forças repressivas estaduais para profissionalização de suas tropas, foi realizada a contratação da chamada Missão Francesa.

A missão chega em 1906 para treinamento da Força Pública paulista sob desconfiança dos representantes do exército, que viam nessa incursão internacional como uma estratégia dos latifundiários para liquidar as forças armadas, transformando as polícias estaduais em exércitos militarizados subordinados as oligarquias. Outros conflitos relacionados a missão estavam na preocupação com o aumento da influência de São Paulo, ente federativo acusado de imperialismo interno.

Apesar dos conflitos internos sobre as razões da contratação da Missão Francesa para profissionalização das forças policiais, o fato é que o grande objetivo do então governador de São Paulo, Jorge Tibiriça, era adequar suas tropas para enfrentamento do movimento operário que demonstrava força. Segundo Huggins (1998), o pedido de treinamento francês se deu logo após a mais importante greve do estado, organizada pelos trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro no início do século XX, e o desempenho insatisfatória das forças de repressão.

#### **2.4 A ditadura civil-militar: retomada do protagonismo das Forças Armadas e a modernização conservadora**

O golpe empresarial-militar de 1964 se desdobrou num regime político ditatorial-terrorista (Netto, 2012) que consolidou uma tendencia de desenvolvimento econômico, social e político que modelou um novo país sobre os entulhos conhecidos anteriormente, característicos da formação social do Brasil. Ao contrário de resolver os problemas sociais estruturais do país, a ditadura militar foi responsável por torná-los ainda mais complexos, com dimensionamentos dramáticos para a grande parte da população.

Esse processo fez surgir um novo país com relações sociais de produção ainda mais complexas, resultado de um panorama global e unitário, que se valeu das características diversas, diferenças, tensões e antagonismos específicos da realidade nacional da época.

Conforme Netto (2012), é possível estabelecer certo consenso quando se trata de descrever o regime militar brasileiro como um acontecimento que transcende suas próprias fronteiras nacionais, se inscrevendo num contexto internacional, em especial nos países do Terceiro Mundo, marcado por sucessões de golpes de Estado que dinamizaram as transformações necessárias às demandas da divisão internacional do trabalho.

Outro fator que diferencia esse período do processo histórico que marcou a Primeira República é o retorno das Forças Armadas ao protagonismo da política nacional, patrocinadas pelos centros capitalistas, sob hegemonia estadunidense, para efetivarem uma contrarrevolução preventiva contra os movimentos populares, democráticos e de libertação nacional que se formavam na periferia capitalista.

Tal contrarrevolução foi efetuada em três frentes interrelacionadas: a primeira tratou de adequar os padrões de desenvolvimento nacionais as novas exigências econômicas globais do capitalismo; a segunda neutralizou os potenciais atores políticos que representaram resistência a condição subalternizada nas relações de produção impostas; e por fim, o favorecimento de expressões da sociedade civil capazes de desestruturar agências que representassem projetos alternativos e de interesse da classe trabalhadora. Segundo Netto (2012, p.17):

“[...] a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, do sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos.; e um discurso oficial (bem como prática policial-militar) zologicamente anticomunista.”

Reagindo à conjuntura de emergência das camadas trabalhadoras rurais e urbanas na arena política, envolvendo segmentos pequeno-burgueses, parcela da igreja católica e das próprias forças armadas, que apesar de não configurar algo que ameaçasse a ordem capitalista, representaram demandas democráticas e questionavam a forma específica de desenvolvimento que se desdobrava no país; o estado erguido após o golpe de 1964 teve por funcionalidade assegurar as condições necessárias para consolidação do concentração e centralização do capital.

Em síntese, consolidou-se um desenvolvimento capitalista tardio heteronômico e excludente, que abdicou de reformas estruturais (como nos países europeus) que superassem as características fundantes da sociedade brasileira, integrando os aspectos arcaicos na nova dinâmica, tornando-as mais funcionais aos interesses da burguesia, dando a dimensão do que Netto (2012) denominou de “modernização conservadora”.

#### **2.4.1 O terrorismo reacionário<sup>5</sup> e a Doutrina da Segurança Nacional**

Netto (2014) descreve que as forças armadas eram atravessadas por disputas entre duas principais tendências internas, principalmente nos períodos em que era decidido quem ocuparia a frente do poder executivo federal. O autor define as duas tendências entre a apelidada de “Sorbonne”, composta por aqueles advindos da Escola Superior de Guerra e representados pelos altos oficiais com concepções elitistas de suas

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por Netto (2014)

funções na sociedade brasileira<sup>6</sup>; e a “linha dura”, geralmente composta por oficiais de menor patente, menos intelectualizados e que atuam de forma pragmática e oportunista.

As divergências dessas tendências eram superadas pela concepção ideológica norteadora das forças armadas, encontrada na Doutrina da Segurança Nacional. Tal doutrina tinha como principal característica a idealização de um tipo de guerra não convencional, que não se baseava na agressão externa, direta e declarada entre Estados; A DSN se voltou para um tipo de guerra de agressão indireta, encontrada em ações revolucionárias de movimentos sociais em todo o mundo, com objetivos insurrecionais, de subversão a ordem estabelecida, tornando o principal inimigo um agente interno da sociedade.

A questão central para a qual se volta a DSN é a segurança interna, onde as fronteiras ideológicas se sobrepuseram em relação às divisas territoriais num confronto entre a concepção liberal-capitalista de “mundo livre” e a “ameaça comunista”. Esse contexto foi conduzido também pela criação e aperfeiçoamento de um grande aparato repressivo e uma política de desenvolvimento econômico fundada no planejamento e proteção do Estado militar.

Iniciou-se a partir de 1968 um outro momento decisivo para a continuidade do regime. Período em que ocorreu a instalação do Ato Institucional 5 e deu início a forma autêntica da autocracia burguesa no Brasil, resultado da dificuldade do governo em manter sua capacidade de legitimação política e a insistente atuação das forças democráticas pelas poucas vias de atuação institucionais e no campo da ilegalidade.

Para Netto (2012), o que antes poderia ser compreendido como uma ditadura reacionária que ainda conservava alguns aspectos institucionais para fazer alusão a um funcionamento democrático, se consolida como um regime fascista autêntico, encerrando as mediações parlamentares existentes.

---

<sup>6</sup> A “sorbonne” durante parte do regime ditatorial se ocupou das atividades alinhadas com os interesses dos setores conservadores da sociedade civil, mantendo funcionando algumas instituições que poderiam dar ao regime certa capa formal democrática, preservando a aparência de normalidade interna e externamente. (Netto, 2014)

Se de 1964 até 1967, a ditadura se consolida assumindo o domínio do poder político, a partir de 1968 ela passou a criar suas próprias estruturas de Estado. Esse movimento significa o avanço do bloco composto pelos interesses do grande capital monopolista nacional e internacional, ajustando estruturalmente o país às demandas do projeto “modernizador” em curso.

“A requisição da legitimação é deslocada do plano da representação de interesses sociais, do plano da representação e da expressão políticas – onde, naturalmente, não teria viabilidade -, para o da *eficácia* do regime e do governo na promoção do desenvolvimento econômico: é o tempo do crescimento acelerado, batizado então de “milagre brasileiro” e posto como organizador de um consenso passivo” (Netto, 2012. P.40)

A repressão se torna cada vez mais intransigente ao pensamento contraditório, se tornando cada vez mais sistemática e operando pelas vias policial-militar, de forma organizada e planificada. O terrorismo estatal contra forças oposicionistas se mostra como a contraface do projeto de racionalização e modernização da sociedade brasileira, reduzindo drasticamente a capacidade de resistência ao regime.

### **Capítulo 3 – Neoliberalismo, segurança pública e participação civil: o centauro punitivo brasileiro<sup>7</sup>.**

A década de 1960 é marcada mundialmente pelos sinais de esgotamento que a fase expansiva do capitalismo maduro começou a dar, tendo a população experimentado suas consequências mais graves no final do século XX, com a diminuição significativa das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Rompe-se o sonho dos anos dourados marcado pela conciliação entre crescimento econômico, pleno emprego e a consolidação das políticas sociais de caráter social-democratas, os principais pilares do keynesianismo-fordista.

Behring (2011) classifica as pressões para reconfiguração do papel do Estado capitalista a partir dos anos de 1980 e 1990 de reação burguesa, que teve como objeto administrar a crise do capital que foi iniciada na década anterior. Para a autora, os anos de ouro que antecederam tal crise capitalista nos países centrais foram resultado de uma situação excepcional envolvendo a economia de guerra e a ascensão do fascismo, somada ao contexto geopolítico de Guerra Fria, obrigando as elites capitalistas a inventarem um contraponto ao Estado socialista que disputava o imaginário político da classe trabalhadora internacionalmente.

A soma dessas principais condições sociais, políticas e econômicas permitiram a viabilidade das experiências de *Welfare States*<sup>8</sup>, garantindo maior integração aos trabalhadores no circuito de consumo, repartição dos ganhos de produtividade baseado no fordismo, e conseqüentemente, o apaziguamento da luta organizada desses trabalhadores por meio da combinação “mágica” da acumulação, democracia e equidade.

Em outras palavras, ocorreu um “consenso do pós-guerra” que

---

<sup>7</sup> O termo “centauro” é usado por Loic Wacquant (2003) para descrever a forma como o Estado neoliberal se apresenta, de forma diferenciadas, para as camadas ricas e pobres da sociedade.

<sup>8</sup> Podemos definir o *Welfare State* pelos princípios encontrados no *Plano Beveridge*: responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos; 2) universalidade dos serviços sociais e 3) construção de uma rede de segurança social por meio de um leque de serviços de assistência social. (Behring, 2011. P.94)

“[...] permitiu o estabelecimento de uma aliança entre classes, o que só viabilizou-se devido ao abandono, por boa parte da classe trabalhadora, do projeto de socialização da economia. As alianças entre partidos de esquerda e direita também asseguraram o estabelecimento de acordos e compromissos que permitiram a aprovação de diversas legislações sociais e a expansão do chamado *Welfare State*” (Behring, 2011. P. 92)

Sendo, no entanto, o período de *Welfare State* uma excepcionalidade capitalista marcada por peculiaridades sociais e econômicas, sua crise iniciada nos anos de 1970 não tardou de colocar em xeque seu funcionamento com as demandas globais de transformações no mundo do capital, em especial as que refletem nas contrarreformas dos estados e mudanças na forma de operacionalizar seus gastos públicos.

Se por um breve período o estado funcionou como importante mediador das relações de produção capitalistas e sua fase monopolista, o período pós-70 marca o processo de avanço das ideias neoliberais justificadas pela profunda e prolongada recessão dos países do centro. O sonho marshalliano que combinou democracia, acumulação e equidade demonstrou estar cada vez mais próximo do fim com a ineficácia das medidas anticíclicas dos Estados nacionais.

Nesse sentido, o pensamento neoliberal influi objetivamente nas transformações do mundo do trabalho e na reestruturação produtiva em curso, questionando o então paradigma keynesiano de bem-estar social e o pacto social produzido por esse modelo para geração de crescimento econômico e políticas sociais universais. A intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho e as políticas redistributivas passam a ser consideradas obstáculos para o desenvolvimento econômico.

Para Behring (2008), ocorre um processo de encerramento da contradição entre seguridade e insegurança, onde esse novo regime de acumulação é acompanhado de um novo modo de regulamentação onde a insegurança se materializa em diferentes frentes:

“[...] *insegurança no mercado de trabalho*, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo de governo, a

destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e a ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; *insegurança no emprego*, que implica a redução da estabilidade e subcontratação [...]; *insegurança de renda*, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da deterioração da distribuição de renda, e, por fim, do crescimento da pobreza; *insegurança na contratação do trabalho* pela expansão do dualismo no mercado de trabalho e pelo risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho; e, por fim, *insegurança na representação do trabalho*, com redução dos níveis de sindicalização” (Behring, 2008. P. 39-40)

A hegemonia neoliberal se consolida no final dos anos 1970, quando seus programas foram assumidos por diferentes governos da Europa e Estados Unidos, tendo os primeiros experimentos nas gestões de Thatcher (Inglaterra, 1979), Kohl (Alemanha, 1982) e Reagan (EUA, 1980). Contudo, Behring (2011) recorda que esses programas também foram implementados por governos de esquerda ou progressistas, tornando prioridade a estabilidade monetária, ajuste fiscal, contenção orçamentária e abandono do pleno emprego.

Para além da radicalização econômica adotada pela reação burguesa durante o final do século XX, Loïc Wacquant (2001; 2012) traz contribuições fundamentais para compreender o neoliberalismo enquanto uma nova forma de estado e governo. Sua abordagem traz a expansão penal iniciada na década dos anos 1970 enquanto uma estratégia para redefinir a atuação do estado diante de um novo regime econômico fundado na flexibilização das legislações trabalhistas, hipermobilidade do capital, diminuição progressiva de políticas de segurança social e controle policial das tensões sociais.

Wacquant (2012) destaca que anteriormente as fases de expansão da proteção social cumpriam a função contraditória de apaziguar possíveis conflitos de classe que podiam ameaçar a ordem capitalista, enquanto as fases de restrição reforçavam a

disciplina do trabalho, forçando beneficiários das políticas assistenciais para competição do mercado de trabalho. No entanto, para o autor tal lógica se tornou obsoleta na razão neoliberal.

Essa alternância cíclica entre expansão e retração da assistência pública à força de trabalho também cumpria a função de legitimidade do Estado, que é substituída pela expansão contínua e brutal do sistema penal, reabilitando a legitimidade estatal pela repressão criminal, a exaltação da polícia, prisões e tribunais.

Um exemplo prático trazido por Wacquant (2003) está na configuração do acesso cada vez mais restrito a programas governamentais de assistência, com redução no tempo de permanência e aceleração da saída dos beneficiários; concomitante ao fenômeno inverso no interior do sistema de justiça criminal, onde a entrada se torna mais facilitada, a permanência mais prolongada e o aumento acelerado do número de pessoas encarceradas.

Tais medidas são validadas por um ressentimento das camadas médias da sociedade que veem nas pessoas assistidas pelas políticas de proteção social a razão pelos problemas econômicos, associando essa população a criminosos, vagabundos ou aproveitadores que deveriam ser colocados num regime de trabalho disciplinar. Nesse sentido, ao colocar a segurança pública enquanto prioridade, as elites condensam as ansiedades entre classes geradas pela dissolução do modelo fordista-keynesiano, alimentando tensões raciais no interior da própria classe trabalhadora (Wacquant, 2012).

“Para ser mais preciso, as correntes de ansiedade social que agitam as sociedades avançadas têm suas raízes na insegurança social *objetiva* verificada no interior da classe trabalhadora pós-industrial, cujas condições materiais se deterioram com a difusão do trabalho assalariado instável e sub-remunerado, despojado dos “benefícios” sociais costumeiros, e na insegurança *subjetiva* reinante entre as classes médias, cujas perspectivas de reprodução garantida ou de mobilidade vertical obscureceram-se, ao mesmo tempo em que a competição por posições socialmente valorizadas se intensificou e o estado reduziu sua provisão de bens públicos.” (idem, 2012. P. 25)

Logo, cabe ressaltar que o aumento das demandas securitárias por investimento em unidades prisionais, policiamento, leis mais duras, principalmente no contexto estadunidense analisado por Wacquant (2001; 2012), não responde a um suposto aumento da insegurança criminal (como aumento da violência urbana no geral), mas sim uma estratégia política para contenção das reações populares às consequências materiais do desmonte das políticas de que beneficiam a classe trabalhadora.

Compreende-se que essa nova formatação neoliberal sobre o Estado e seu exercício de governo, não corresponde também ao mito do “governo mínimo” em contraposição ao inflado estado de bem-estar social, que em princípio representaria uma solução econômica e eficiente de alocação de recursos públicos, mas que na prática se mostrou uma forma de estado intervencionista, autoritária e extremamente cara.

“O toque suave das inclinações libertárias que favorecem a classe superior dá lugar à clara definição do controle autoritário, já que se empenha em dirigir, mais do que isso, em ditar o comportamento da classe baixa. Portanto, “governo mínimo” no registro econômico dá origem a um “governo máximo” na frente dupla do trabalho obrigatório e da justiça penal. Entre 1982 e 2001, o governo dos Estados Unidos aumentou seus gastos públicos com policiamento, tribunais e administração penitenciária em 364% [...] e acrescentou quase um milhão de pessoas ao pessoal da justiça. Em 1996, quando a “reforma do bem-estar” substituiu o direito à assistência pública pela obrigação em aceitar o emprego instável como uma condição para o recebimento do auxílio, o orçamento para a administração penitenciária ultrapassou o conjunto dos recursos alocados no AFDC e nos selos de comida, os dois principais programas assistenciais do país. Nesse mesmo ano, os presídios tornaram-se o terceiro maior empregador do país, depois da Manpowe Incorporated e do Wal-Mart” (Wacquant, 2012. P. 33)

Iturralde (2012) e Wacquant (2012) descrevem esse processo de adesão global ao ideário neoliberal como uma verdadeira revolução capitalista realizada de cima para baixo, onde o aparato punitivo ganha centralidade devido às demandas crescentes por ordem associadas ao desmontes das políticas de bem-estar social. Esse contexto gerou aumento significativo da precariedade da vida da classe trabalhadora pós-industrial, rompendo com o “pacto” de classes estabelecido após segunda guerra mundial e produzindo um verdadeiro *estado centauro*, onde a parte superior, parecida com a face humana (representando a democracia, liberdade e prosperidade), é apresentada às classes altas e médias; enquanto a parte inferior, bestializada e violenta, responsável por operar as instituições da justiça criminal, intervém cotidianamente na vida dos pobres.

Por fim, conforme destaca Iturralde (2012) tal processo não se apresenta de forma homogênea em todos os países de todos os continentes, tendo a América do Sul, e em especial o Brasil, seu próprio percurso de formação sócio-histórica. Nesse sentido, é fato que os países sul-americanos são historicamente desiguais e excludentes e que durante toda nossa história diferentes formas de governos e instituições autoritárias foram desenvolvidas, antes da implementação do novo consenso neoliberal.

### **3.1 Redemocratização e o paradigma neoliberal da segurança em São Paulo**

Conforme indicado anteriormente, apesar de alguns aspectos fundamentais do novo consenso de Washington e sua sustentação pela ortodoxia punitiva serem observados em diferentes países e continentes, é possível levantar particularidades que dizem respeito a formação social do continente sul-americano e, mais especificamente no contexto brasileiro.

Ao contrário de como demonstrou Wacquant (2001) no cenário estadunidense da década dos anos 1980 e 1990, onde as taxas de encarceramento e investimento securitário aumentaram exponencialmente ao mesmo tempo que as taxas de criminalidade (principalmente os crimes considerados violentos) mantiveram-se estáveis; nesse mesmo período o Brasil passava por sua transição *lenta, gradual e segura* do regime militar para a nova república democrática, marcada por índices elevados de violência urbana nas periferias.

Adorno (2002) identifica quatro tendências que acompanharam o período de abertura política no Brasil: i) crescimento dos roubos, extorsões mediante sequestro e homicídios dolosos ii) ascendência dos ditos “crime organizado” e “narcotráfico” iii) violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais e iv) crescimento dos conflitos intersubjetivos com desfechos letais. Segundo Costa (1999), a taxa de homicídio em São Paulo, por exemplo, era de 5,18 para 100 mil habitantes, saltando para 9,35 em 1975; 17, 3 em 1980 e, por fim, chegando aos impressionantes 49,5 por 100 mil habitantes em 1995.

O aumento tão expressivo da violência nos centros urbanos nesse recorte de tempo se deu por múltiplos fatores interrelacionados, como por exemplo a disputa de grupos organizados pelo monopólio do comércio ilegal de drogas e a atuação sangrenta das polícias estaduais tanto em sua dimensão legal quanto nos grupos de extermínio compostos por esses mesmos agentes.

Silvestre (2018) destaca, portanto, que no contexto de São Paulo a abertura democrática foi marcada pela continuidade das violências operadas pelas forças policiais, sendo um fator agravante que se soma aos outros índices de violência do estado. Só em 1991, durante o governo Orestes Quércia, o número de pessoas executadas pela Polícia Militar atingiu a casa dos 1.140 mortos. Tais números garantiram que seu sucessor, Luiz Antônio Fleury Filho, também se elegeu com a mesma condução truculenta da segurança pública.

“Fleury seguiu a mesma linha de endurecimento das políticas de controle do crime de seu antecessor. Em 1992, um novo recorde foi alcançado pela PM paulista: 1.470 mortes cometidas por policiais no estado. Durante toda a gestão do Fleury (1991-1995), 3.472 pessoas foram mortas por policiais, 75% das quais ocorreram nos dois primeiros anos de mandato. [...] Os governos Quércia e Fleury representaram, portanto, um rompimento com os ideais trazidos por Montoro e pelas promessas de efetivação de direitos trazidos pela redemocratização e pela então recém promulgada Constituição de 1988” (Silvestre, 2018. P .65-66)

É possível observar uma mudança discursiva na atuação das forças policiais durante o processo de redemocratização, onde durante o regime militar a violência era justificada contra supostos “terroristas” e “subversivos” e atualmente a sustentação da continuidade de todo o aparato militar constituído no período de exceção se dá pelo medo social da criminalidade urbana, representada na imagem dos comerciantes varejistas de drogas, ladrões de rua, membros de facções etc., cotidianamente reforçado pela imprensa responsável por estampar o rosto de jovens negros perseguidos pela polícia nas periferias.

Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991) avaliaram que só no período final do regime militar e início da democracia, os conflitos envolvendo policiais militares e civis produziram 3.922 mortos, sendo o equivalente a 1,2 mortes por dia em São Paulo. Desse total, 3.563 das mortes são correspondentes as vítimas civis (ou não-policiais) enquanto 359 representavam mortes dos agentes militares.

**TABELA 1**

<b>POLICIAIS E NÃO-POLICIAIS MORTOS E FERIDOS, SEGUNDO DADOS OFICIAIS*</b>						
Anos	Policiais (Polícia Militar)		Não-Policiais		Total	
	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos
1981*	nd	nd	300	nd	300	nd
1982	26	897	286	74	312	971
1983	45	819	328	109	373	928
1984	47	654	481	190	528	844
1985	34	605	585	291	619	896
1986	45	599	399	197	444	796
1987	40	559	305	147	345	706
1988	30	360	294	69	324	429
1989**	92	nd	585	nd	677	nd
<b>Total</b>	<b>359</b>	<b>4.493</b>	<b>3.563</b>	<b>1.077</b>	<b>3.922</b>	<b>5.570</b>
<b>Média Anual</b>	<b>45</b>	<b>642</b>	<b>396</b>	<b>154</b>	<b>436</b>	<b>696</b>

Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo e jornais *Folha de S. Paulo* 1º/1/86, *Shopping News* 4/5/86, *Jornal da Tarde* 15/12/88, revista *Isto É/Senhor* nº 1.072 4/4/90.

Obs.: \* Não há dados oficiais disponíveis anteriores a 1982.

\*\* Dados preliminares.

O ano de 1981 refere-se a uma estimativa (*Folha de S. Paulo* 1º/1/86)

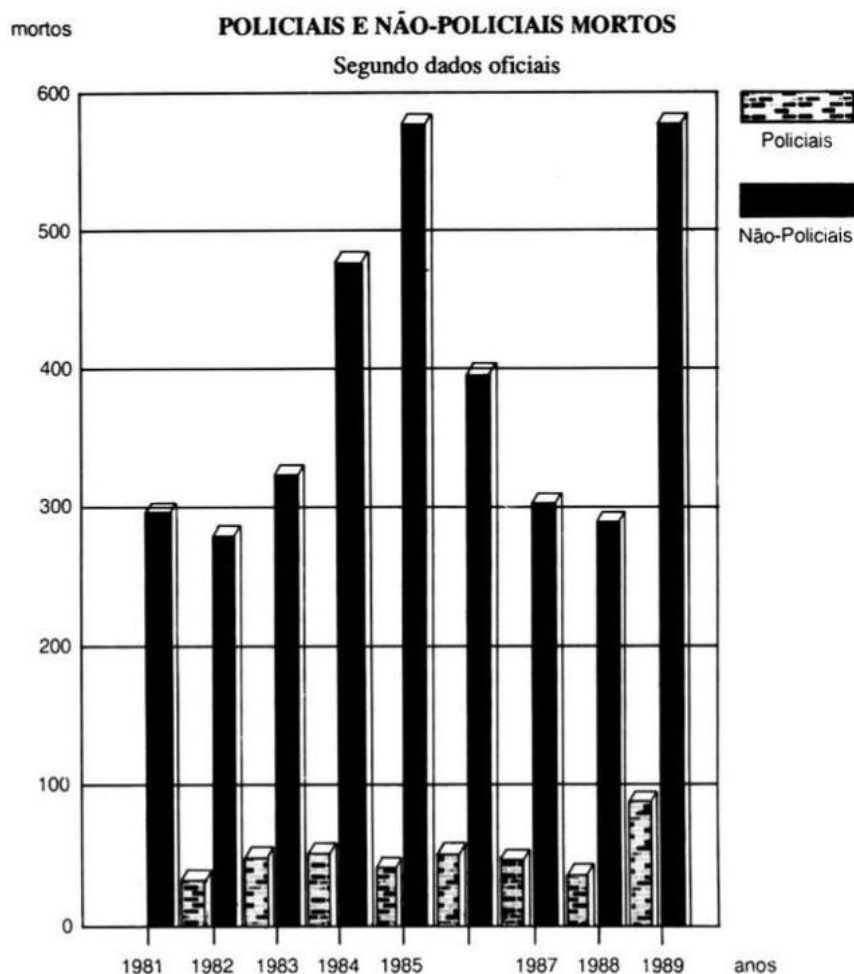
nd = dado não disponível

Fonte: Fonte: Pinheiro; Izumino; Fernandes, 1991.

Tais dados foram extraídos da própria Polícia Militar, o que também representa a mudança discursiva e legitimadora do uso da violência aberta contra a população.

“Deve-se observar que [...], ao contrário dos casos das vítimas da repressão política (que deviam ser escondidos), a polícia expõe mais as vítimas da repressão ao crime comum, apresentando suas baixas e as de suspeitos mortos como resultados legítimos do seu trabalho.” (Pinheiro; Izumino; Fernandes, 1991.P. 98)

Os dados trazidos pelos autores Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991) sobre o contexto da década dos anos 1980 também expõem a desproporcionalidade na distribuição de “conflitos” entre civis e policiais, fazendo com que as forças de segurança pública e as violências por elas operadas se somem aos outros problemas existentes na vida cotidiana da população, os quais essas mesmas instituições prometem enfrentar.



Fonte: Pinheiro; Izumino; Fernandes, 1991.

Outra característica presente no processo de redemocratização brasileira está no crescimento abrupto da população carcerária a partir de década de 90, e a expansão de todo o complexo penitenciário. Marques (2018) descreve que o marco para tal expansão se dá após o Massacre do Carandiru durante o governo Fleury, fazendo com que o país passasse a adotar de forma insuspeita políticas de ampliação de vagas em unidades prisionais como medida que atendesse exigências internacionais de direitos humanos.

Dado curioso é que em 1997, um relatório da CIDH informava que a população carcerária brasileira havia atingido 130 mil presos, sendo que a capacidade do sistema era de 51.639, um déficit de aproximadamente 80 mil vagas ou no mínimo 150 novas

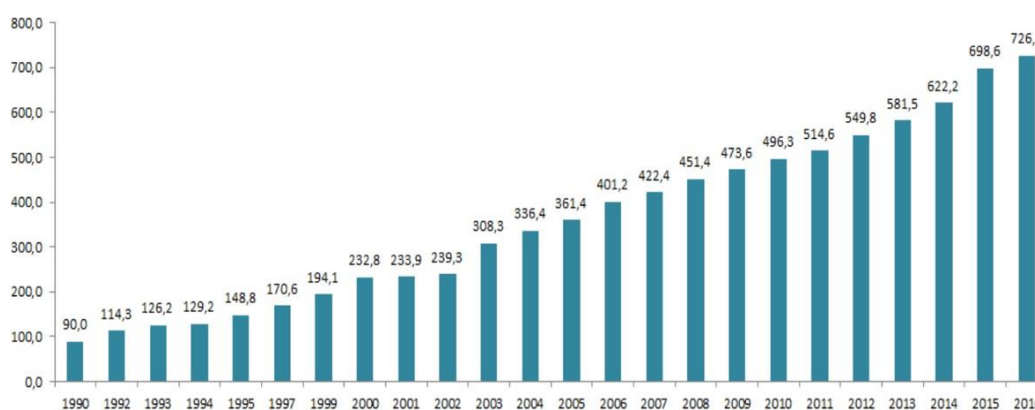
unidades prisionais. Mas a situação se agravava, considerando que também havia 345 mil mandados de prisão não cumpridos pelas autoridades policiais (Marques, 2018).

Em São Paulo, o resultado das medidas conjuntas entre governo federal e estadual resultou no seguinte panorama trazido por Marques (2018): Franco Montoro (1983 – 1987) iniciou seu governo com 14 unidades prisionais e um movimento médio anual de 9.972 presos, terminando o mandato com mais 7 unidades construídas; Orestes Quercia (1987 – 1991) assume com 21 unidade e o movimento médio de 14.988 presos, construindo mais 16 unidades e terminando a gestão com 37 com movimento de 23.516 presos; Luiz Antônio Fleury Filho (1991 – 1995) construiu mais 6 unidades, totalizando 43 com um fluxo prisional de 32.018 pessoas privadas de liberdade; Mário Covas (1995 – 2001) entregou 31 novas unidades em 6 anos em que esteve no governo do estado, deixando para Geraldo Alckmin (2001 – 2006 e 2011 – 2018) o saldo de 74 unidades prisionais, 60 mil presos e mais 32 mil sob custódia da Secretaria de Segurança Pública.

O então governador Geraldo Alckmin abre da década dos anos 2000 dando continuidade acelerada ao processo de expansão do complexo penitenciário de São Paulo. Eleito em 2001, construiu mais 9 unidades em 2003, 10 em 2004, 13 em 2005 e 5 em 2006. José Serra (2007 -2011) construiu 4 novas unidades em 2008, 2 em 2009 e 3 em 2010. Em seu retorno ao comando do estado, Alckmin inaugurou 2 novas unidades em 2011, 2 em 2012, 6 em 2013 e 3 em 2014; reeleito em 2015, construiu 2 no mesmo ano, 3 em 2016, e até 2017, onde encerra o levantamento de Marques (2018), já havia 167 unidades prisionais em todo o estado de São Paulo, totalizando 242.100 mil presos e outras 16 unidades em construção.

A principal especificidade do Brasil com sua adesão ao neoliberalismo e sua ortodoxia punitiva é o contexto político diferenciado que se encontra em relação aos países do norte global, tendo em vista que sua redemocratização resultou, além da formalização dos direitos civis, numa constituição cidadã (1988) ampla e garantidora de direitos inéditos para classe trabalhadora, como um sistema único de saúde universal, assistência social, educação, previdência etc. Ao mesmo tempo que os primeiros governos eleitos subsequente à sua promulgação, iniciaram o movimento agressivo de contrarreformas do estado para adequação às demandas do mercado (Behring, 2008).

Tal panorama não se alterou com a onda progressista que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva por duas vezes (2002 – 2010) e posteriormente Dilma Rousseff (2011 – 2016). Muito pelo contrário, a população carcerária atingiu em 2016, antes do golpe parlamentar que encerrou o mandato de Dilma, o número de 726,7 mil presos em todo o país.



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen.

Esse crescimento contínuo do aprisionamento e de todo o complexo prisional brasileiro se deu contraditoriamente e de forma concomitante com a ampliação da malha de educação universitária federal, políticas de emprego, renda e de enfrentamento a extrema pobreza promovidas por esses mesmos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores. O que representa um movimento contrário observado na experiência estadunidense, onde o crescimento da população carcerária se deu ao passo da redução brusca dos programas de proteção social e de atendimento a saúde pública destinados a classe trabalhadora (Wacquant, 2001).

### **3.2 A criação dos conselhos comunitários de segurança pública em São Paulo: pontuações críticas**

Conforme Cruz (2009), é com a eleição de Franco Montoro (1982 – 1987) para governador de São Paulo que se dá início às primeiras tentativas de mudanças em

relação ao regime militar. Entre as diferentes frentes de propostas, a segurança pública foi um dos fatores de preocupação de Montoro, que com seu slogan “retorno ao estado de direito”, pretendeu pautar uma nova forma de polícia, alinhada com a perspectiva do policiamento comunitário e com os princípios democráticos modernos.

O então governador representava uma tradição política humanista cristã que tinha nos direitos humanos e na participação civil suas principais pautas defendidas em campanha. A criação de conselhos comunitários ou participativos nas diferentes políticas públicas acompanha os processos iniciados a partir da década dos anos de 1980 de institucionalização das demandas dos movimentos sociais emergentes.

‘A ideia da formação de conselhos ou comissões representativas marcou o mandato de Montoro e reverberou em ações concretas em questões que já vinham sendo debatidas pela sociedade civil: gênero, raça, idade, necessidades físicas especiais e violência. A criação da Secretaria de Participação e Descentralização foi o símbolo da preocupação de Montoro em contribuir para a institucionalização de conselhos representativos. Sob a coordenação de José Gregori, a Secretaria da Participação estreitou canais de comunicação entre a sociedade e o Estado e contribuiu para a criação do Conselho das Mulheres, Conselho do Negro, dos Deficientes Físicos, dos Idosos e da Segurança.’ (Cruz, 2009. P. 30)

Logo, esses espaços de participação civil são resultado das demandas democráticas pautadas por forças populares que passaram a se organizar de forma autônoma no processo de redemocratização do Brasil. Para Lima (2015) os principais princípios desses espaços são

“eficiência, democratização, descentralização do Estado e a conformação de um espaço público onde sujeitos sociais possam, pacificamente de maneira equitativa, buscar resoluções de conflitos, redistribuindo o poder entre grupos sociais aliçados das estruturas do Estado.” (Lima, 2015. P.12)

Bronzo (2006) define os conselhos como espaços públicos, não-estatais, que possibilitam a representação de interesses políticos na agenda pública. São preferencialmente institucionalizados, com estruturas formalmente definidas e que possibilitam ação conjunta com o Estado na formulação e gestão das políticas públicas.

No entanto, Cardoso (2015) afirma que, diferente de outras políticas sociais, a segurança pública não foi palco de reivindicação de movimentos sociais para que estes tivessem espaços de participação, tendo a criação desses sido resultado especificamente de interesses governamentais, como do próprio governador Franco Montoro, com objetivo de tentar reformar as instituições voltadas à ordem social a fim de adequá-las ao novo regime democrático.

“A ideia central era que o conjunto de ações pudesse desmobilizar os vícios da polícia política em direção ao comprometimento em torno dos direitos humanos, o que tornaria mais fácil a aproximação com a sociedade civil. Sob o comando de José Carlos Dias na condução do plano de governo nas áreas da segurança pública e justiça, o governo Montoro idealizou uma polícia mais motivada (com um novo plano de carreiras) e uma gestão orientada para o fim da corrupção e da tortura (propunha-se, por exemplo, a extinção do DOPS e a reestruturação da ROTA, o que efetivamente ocorreu)” (Cruz, 2009. P. 30-31).

Marques (2018) assinala que tais medidas de Montoro para reforma e combate à forma militarizada e violenta como as polícias historicamente operam, conviveu com crescimento das execuções praticadas por agentes estatais e com forte oposição popular a qualquer indicação de mudança no funcionamento das polícias, demonstrando que existia naquele contexto adesão da sociedade aos métodos privados, violentos e extraleais de lidar com a criminalidade.

Em São Paulo, a instituição dos conselhos voltados para a segurança pública se dá em 1985 com o Decreto Estadual nº 23.2455 e com a Resolução SSP nº 37 do

mesmo ano. Atendendo, portanto, os desejos do então governador em modificar o funcionamento do policiamento no estado e sua tentativa de reformar as estruturas autoritárias estabelecidas durante o regime militar.

O principal objetivo dos CONSEGs é constituir-se enquanto instâncias comunitárias que viabilizem o encaminhamento de demandas de segurança da população diretamente para as autoridades, assim como a interação com o poder público para prevenção e resolução de conflitos e demandas administrativas que possam fragilizar a segurança coletiva, estimulando o fortalecimento da cidadania através da cultura da prevenção criminal e contenção da violência.

A partir de uma breve revisão bibliográfica de pesquisas já realizadas em diferentes CONSEGs na cidade de São Paulo é possível notar particularidades em sua composição e disputas sociais que atravessam as reuniões. Cruz (2009) ao estudar os conselhos de Sapopemba e Campo Belo, afirma que nos problemas de insegurança identificados pelos moradores presentes nos encontros mensais, estereótipos de classe, gênero, idade e raça são mobilizados para identificar pessoas que representam o perigo para a região, atribuindo a jovens negros e pobres, prostitutas, travestis por assaltos e perturbação do “sossego”.

Lima (2015) ao analisar o CONSEG Morumbi, constata que ocorre de forma regular a apropriação daquele espaço pelas elites econômicas do território, representadas por empresários, comerciantes e moradores dos condomínios de luxo, que se fortalecem enquanto representantes de um determinado projeto urbanístico e influenciam órgãos públicos a atenderem seus interesses privados; assim como também garantem a gestão da segurança em seu sentido original: proteção da propriedade privada e estabelecimento de uma suspeição generalizada contra pessoas consideradas perigosas.

Estudos sobre experiências de Conselhos Comunitários de Segurança Pública em outros estados do Brasil, como no caso do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, também demonstram o funcionamento regular voltado contra as pessoas pobres presentes nos territórios, onde os moradores das favelas que se organizam para disputar as eleições para presidência do órgão de participação são constantemente associados ao crime

organizado, inviabilizando o protagonismo dessas pessoas na decisão de pautas e denúncias para as autoridades públicas (Cardoso, 2015).

Reis (2005) insere esses Conselhos na cidade de Salvador dentro do que a autora definiu enquanto arquitetura de terror neo-escravista, estruturada por lugares como bares, igrejas evangélicas, lojas de creme de cabelo e casas comerciais varejistas; são os donos desses estabelecimentos, que controlam os Conselhos Comunitários de Segurança ao mesmo tempo que possuem relações com grupos de extermínios, articulando o controle territorial e impondo o silêncio nos bairros negros.

### **3.3 A participação civil na gestão da repressão: análise das atas do CONSEG Consolação**

O Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG) Consolação tem sua fundação marcada no ano de 1993, tendo suas primeiras reuniões sido realizadas no auditório que pertencia a Caixa Econômica Federal, localizado na Rua Guimaraes Rosa. Em 2008, o então presidente do CONSEG, José Luiz Braz Leme, solicita mudança no nome do conselho justificando que a região sob responsabilidade do mesmo coincidia com o perímetro da Primeira Companhia da Polícia Militar, mudando, portanto, para o nome atual: CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu.

Para uma breve compreensão das dinâmicas que atravessam as reuniões do CONSEG supracitado e a forma como se dá a participação civil na gestão do policiamento do território onde este encontra-se instalado, serão analisadas as atas registradas no período de 12 (doze) meses e postagens selecionadas das redes sociais do conselho que possam auxiliar na identificação de quais manifestações político-ideológicas são representadas pelos seus principais interlocutores.

Iniciar as análises a partir das postagens públicas nas redes sociais do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu pareceu ser um caminho inicial interessante para explorar os aspectos ideológicos privilegiados pelos seus representantes eleitos, os principais objetos de preocupação no campo da segurança pública e as propostas políticas para lidar com esses problemas levantadas por esses atores.

## 1 - Editorial do CONSEG Consolação/Higienópolis/ Pacaembu

Newsletter Oficial do Conseg Consolação Higienópolis Pacaembu



### EDITORIAL

Sra. Marta Lilia Porta Campoamor Regairás  
Presidente

### Direito Penal do Inimigo

É importante que nossa sociedade enfrente a questão de como deve ser a ação de polícia para quem anda armado com um Fuzil.

O Direito Penal existente é para as pessoas que se submetem às regras do Estado.

Nossos legisladores e autoridades, devem pensar com urgência na aplicação do Direito Penal do Inimigo, para quem anda com um Fuzil. Esta teoria foi tratada pelo autor alemão Günther Jakobs, considerando que este criminoso renuncia ao tratado social e coloca em perigo a segurança e a paz social.

As atuais leis não surtem efeitos a quem anda com um Fuzil. São favoráveis aos criminosos.

Trata-se de um inimigo do Estado. A legislação leniente precisa mudar.

Colaboração: Professor Cel PM Telmo



A Sra. Marta Porta, como é mais conhecida, exerce o cargo de Presidente do CONSEG Consolação Higienópolis Pacaembú desde 2015.

Professora de idiomas, Tradutora e Sommelière internacional, é Bacharel em Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, especialista em Segurança Pública. Laureada em 12 oportunidades pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e outras Instituições da Segurança Pública, dentre elas, o MMDC, Academia de Oficiais do Barro Branco, CPA/M1, 7º BPM/M, Guarda Civil Metropolitana, entre outros.

As redes sociais, a exemplo do Instagram, Facebook e WhatsApp, são operadas como espaços privilegiados para disseminação de opiniões pessoais e discussões teóricas a respeito da segurança pública. Conforme a imagem acima, captada da página pública de Instagram do CONSEG, a presidente do órgão, com a colaboração do Coronel Telmo da Polícia Militar, sugere a implementação da doutrina do direito

penal do inimigo como alternativa para enfrentamento de criminosos armados com fuzis.

Tal doutrina elaborada pelo autor alemão Jakobs (2003) seria diferente do que ele classificou como “direito penal do cidadão”, onde o processo de criminalizações se daria apenas após a lesão de um bem jurídico. Na doutrina do direito penal do inimigo a criminalização ocorreria antes da lesão do bem jurídico, considerando o perigo que determinado sujeito representaria em potencial, legitimando a intervenção repressiva de forma preventiva.

As ideias elaboradas por Jakobs (2003) ganham protagonismo internacional num mundo pós atentados ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, com diferentes nações interessadas em buscar respaldo para formulações de medidas de combate ao terrorismo. Segundo o próprio autor, o direito penal deveria dividir os seres humanos em dois grandes grupos; sendo os primeiros por aqueles considerados cidadãos e o segundo pelos ditos “inimigos” do Estado

Outra característica observada nas publicações da página oficial do CONSEG no Instagram é o caráter propagandista, acrítico ou mesmo de endosso das operações realizadas pela polícia militar em diferentes pontos da cidade e do próprio Estado de São Paulo, sem levantar qualquer suspeita de que possíveis violências e ilegalidades poderiam ter sido cometidas por policiais e delegados.



consegconsolacaohigienopolis

...



**CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança**  
 Órgão da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo –  
 Conselhos Correspondentes às áreas da 1ª Seccional e CPA-M1

São Paulo, 14 de novembro de 2022.  
**NOTA DE APOIO À OPERAÇÃO CARONTE**

À População da Cidade de São Paulo

Os CONSEGS (Conselhos Comunitários de Segurança do Estado de São Paulo), manifestam seu apoio incondicional a “Operação Caronte”, realizada em forma conjunta pela Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e Sub Prefeitura da Sé.

A Operação Caronte vem sendo realizada há meses, chefiada pela Polícia Civil e com colaboração da Polícia Militar, GCM e Sub Prefeitura Sé, tendo obtido até esse momento excelentes resultados, com a prisão de mais de 180 traficantes de drogas que atuavam na área conhecida como “Cracolândia”, e o fechamento de locais que eram utilizados para comércio de drogas e outros crimes.

Todas essas ações foram acompanhadas in loco pela imprensa, sendo totalmente registradas com imagens e entrevistas, e em nenhum momento houve qualquer problema ou excessos das forças policiais presentes. Tanto que não houve qualquer tipo de questionamento público da própria imprensa e de entidades que atuam no local. Esse tipo de reação está sendo controlado na **Operação Caronte** sem uso de violência, e sem qualquer registro de feridos, sejam eles usuários, sejam eles membros das forças policiais.

Importante ressaltar o massivo apoio dos moradores da área alvo dessa importante operação, que é manifestado nas nossas reuniões, nas redes sociais e no próprio local.

Todos nós que residimos e/ou trabalhamos no nosso querido bairro conhecemos os motivos que tomam operações de combate ao tráfico de suma importância, e aproveitamos para salientar o quanto isso ajuda também nos atendimentos de saúde e assistência social e de zeladoria, garantindo maior segurança aos agentes que atuam diretamente com os usuários de drogas e população de rua do local.

Os CONSEGS manifestam seu total apoio à Polícia Civil do Estado de São Paulo, Polícia Militar do Estado de São Paulo, Guarda Civil Metropolitana - São Paulo e Subprefeitura Sé na realização da **Operação Caronte**.

**CONSEGS Consolação/Higienópolis/Pacaembu; Jardins/Paulista; Centro; Bom Retiro, Liberdade/Sé/Glicério; Liberdade/República; Brás/Mooça/Belenzinho; Cambuci/Aclimação/Ipiranga; Pari; 25 de março; Santa Cecília/Campos Eliseos**



A Operação Caronte, defendida em nota assinada por diferentes CONSEGS da cidade, foi realizada na região conhecida como “Cracolândia” e marcada pela realização de prisões em massa de usuários de substâncias psicoativas em situação de rua. Segundo

o Relatório de Pesquisa do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2023), 90% das prisões terminaram em trancamento da ação ou em arquivamento do termo circunstanciado, consideradas, portanto, majoritariamente ilegais.

3

### - Nota de Apoio à Operação Escudo



consegconsolacaohigienopolis



Outra investida policial também defendida nos portais de comunicação foi a Operação Escudo, realizada no Guarujá, litoral do estado de São Paulo. Tal operação decretada como resposta à morte de um policial militar durante uma outra ação

supostamente voltada contra o tráfico de drogas na região. Segundo o Conselho Nacional de Direitos Humanos (2023) em relatório parcial, as forças policiais foram responsáveis por pelo menos 23 mortes (com outras em investigação durante o desenvolvimento do presente texto), caracterizando uma verdadeira chacina policial contra os moradores pobres do Guarujá, onde foram operadas invasões de domicílios, ameaças, torturas e execuções sumárias.

“Um novato da Rota foi “batizado”. Pessoas da comunidade relataram ter ouvido um policial que seria mais experiente haver ordenado o policial mais novo a atirar e executar uma das pessoas detidas. Relataram, ainda, ter ouvido comemoração dos policiais logo depois.

Em um dos casos de pessoa morta por policiais na comunidade de Morrinhos, disseram que o corpo foi reconhecido pelas digitais. Os familiares não viram o corpo. O caixão foi entregue à família lacrado com pregos.

Também houve o registro de que as forças policiais teriam destruído ao menos quatro casas na comunidade de Morrinhos. Segundo a mesma pessoa, se não tem ninguém na casa, eles consideram arbitrariamente que a casa é usada para o tráfico e, por isso, derrubam.

Foi relatada, outrossim, a adulteração das cenas no crime.

O décimo primeiro relato discorreu sobre os casos na Vila Baiana. Nessa comunidade, há um conjunto de moradias bem precárias em local que as pessoas denominam como Pantanal. Foi dito que a ação policial, nessa região, começou cedo. Ouviram muitos gritos e tiros. A pessoa ouvida pelo CNDH soube, então, que a vítima se tratava de uma pessoa em situação de rua que foi executada lá. Os policiais usavam capuz. Poucos usavam farda com identificação do nome. Essa pessoa disse que a viatura da polícia entra em alta velocidade na comunidade. Na sequência, uma equipe de policiais percorre as ruas dizendo “ninguém sai”. As pessoas entram em suas casas.

Foi, nesse momento, que ela escutou os tiros.”

(Brasília, 2023. P.5)



consegconsolacaohigienopolis

...

## Secretário da Segurança de SP recua e nega que irá acabar com câmeras portáteis nos uniformes DA PM

Tecnologia de câmeras reduziu letalidade policial em 46% em 2021

**Da Redação**

**G**uilherme Derrite, secretário da Segurança Pública de São Paulo, negou nesta terça-feira (10) que a gestão estadual irá acabar com o programa de câmeras corporais da Polícia Militar, o "Olho Vivo".

"Não iremos acabar com o programa Olho Vivo das câmeras. Não iremos, é o meu compromisso e do governador", afirmou em entrevista ao Bom Dia SP.

Na semana passada, em entrevista à rádio Cruzeiro, de Sorocaba, interior de São Paulo, terra natal do secretário, ele afirmou ir rever o programa e que uma das suas primeiras medidas foi pedir o estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostra que o uso de câmeras portáteis nos uniformes de policiais militares de São Paulo evitou 104 mortes, uma redução de 57%, em relação ao período anterior em que a medida entrou em

vigor.

Por conta da declaração, procuradores chegaram a divulgar uma manifestação contrária à revisão, dizendo que a suspensão ou a retirada das câmeras poderia ser entendida como "licença para matar".

Ao Bom Dia SP, porém, ele afirmou que a gestão estadual pretende ampliar as funcionalidades da câmera, como georreferenciamento e leitura de placa de veículos.

"Ela foi instalada com uma intenção de fiscalização e controle que é aceitável, tem sua funcionalidade. Nós queremos, além da fiscalização e controle, acoplar a câmera do policial ferramentas que vão combater o crime. Como por exemplo, leitura de placa de veículos roubados. Isso pode ser instalado na câmera."

Mudança no discurso

Durante toda a campanha eleitoral, tanto Derrite quanto o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) criticaram o uso do equipamento.

Sobre o assunto, Derrite chegou a dizer, à época da implementação, que o governo de São Paulo era inimigo da polícia ao compartilhar uma manchete de um jornal sobre o uso de câmeras nas fardas.

Índices de letalidade policial em SP

Levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz, divulgado em outubro de 2022, aponta que houve uma queda de 49,8% no número de vitimizações pelos agentes de segurança pública: 420 pessoas foram mortas pelas polícias paulistas no primeiro semestre de 2018, contra 221 mortes decorrentes de intervenção policial no mesmo período de 2022.

O levantamento analisou todo o estado, com os dados segmentados pela capital, Grande SP e o interior. Em todos os casos, apesar das reduções, o interior foi onde foram registradas mais ocorrências.

Em fevereiro de 2022, dados divulgados pela própria Secretaria de Segurança Pública (SSP), apontam que a letalidade policial caiu quase 40% em cinco anos no estado.

Em 2017, 941 pessoas morreram em ações envolvendo policiais civis e militares em serviço e de folga. No ano passado, foram 570.

Mudanças 'drásticas' na

Cracolândia

Derrite afirmou que o governo de SP tem como pauta prioritária a questão da Cracolândia e disse que a polícia já faz um trabalho de inteligência para identificar e prender traficantes.

"Boa parte da droga chega por pequenos traficantes que levam sacolas dentro das estações de trem, de Metrô, da CPTM."

O secretário afirmou que a população deverá sentir os resultados da nova gestão no local no final do semestre.

"Creio que em seis meses já vão ver uma mudança drástica para melhor na Cracolândia"






Curtido por drpauloacupunturista e outras pessoas  
 consegconsolacaohigienopolis Cada vez que esperamos "uma mudança", cedem as pressões dos políticos. seguiremos intimidando nossos soldados com essas câmeras, impedindo as atuações mais incisivas.

Além das manifestações abertas de apoio ao uso da brutalidade contra a população para atender certa expectativa de segurança pública representadas nas publicações, também são encontradas postagens contrárias às medidas de controle da atuação policial que tenham objetivo de reduzir a letalidade e abusos durante o exercício do policiamento. No caso da imagem acima, as críticas são voltadas contra as câmeras acopladas no fardamento, que inicialmente apresentaram efeitos positivos reduzindo de

forma drástica o número de mortes por intervenção policial, mas que posteriormente esses números voltaram a crescer apesar delas<sup>9</sup>.

No que se refere às atas das reuniões do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu, foi utilizada a ferramenta do Sistema Integrado de Informações ao Cidadão (SIC-SP) que permitiu efetuar a solicitação do material para a Secretaria de Segurança Pública (SSP) de forma simples. Foram requisitadas 12 atas, que equivaleriam ao período de 1 ano de reuniões, dos meses de agosto de 2022 até agosto do ano de 2023. Os documentos foram enviados 20 dias após o pedido pelo sistema, mas atendendo de forma parcial ao que foi requisitado.

Foram enviadas 10 atas, que correspondiam aos meses de agosto de 2022 até julho de 2023, com exceção dos meses de dezembro de 2022 e março de 2023. Foram enviados e-mails para SSP e ao próprio CONSEG questionando a ausência de tais documentos, mas não obtive respostas de seus representantes. Os materiais também foram encaminhados fora de ordem cronológica, dificultando a organização desses para leitura e análise.

Pode ser notada nos documentos anexados a presença de algumas faixas pretas de censura, escondendo nomes de representantes do poder público e dos munícipes, assim como algumas outras informações que poderiam ser consideradas sensíveis. Concordamos que a identificação dos munícipes deve ser preservada para ética e proteção destes, mas tal medida não se aplicaria aos membros da diretoria (membros natos e eleitos por voto) e nem aos representantes dos órgãos governamentais (como delegado de polícia civil, inspetor do guarda civil metropolitano, capitão da polícia militar, subprefeito, vereadores etc.) tendo em vista que estes são figuras públicas e que devem ter suas ações no exercício da função controladas pela sociedade.

---

<sup>9</sup> No ano de 2022, com a implementação das câmeras em diferentes batalhões da polícia militar, foi notada queda de 62,7% da letalidade em comparação aos números registrados em 2019. Posteriormente, com a eleição de Tarcísio de Freitas em 2023, as mortes provocadas por policiais voltaram a crescer. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/letalidade-policial-em-sao-paulo-cai-com-uso-de-cameras-corporais>> e <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/sp-letalidade-policial-volta-a-crescer-com-tarcisio/>>

## 5 - ATA do dia 29/11/2022



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

### Membros Natos Presentes

**Membro nato PM:**

Ausente

**Membro nato PC:**

Presente

### Autoridades Presentes:

Função	Nome
Outros	[REDACTED]
Representante da Subprefeitura	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]

Também é notável a diferença como alguns assuntos são tratados e relatados em ata durante as reuniões. Percebe-se que ao tratarem de homenagens para algumas autoridades ou descrições de situações consideradas “criminosas” os relatos costumam ser mais detalhados, mas no único momento em que é citado um problema praticado por agentes de segurança pública, o assunto é tratado em tópico e não é encontrado o desenvolvimento da demanda posteriormente.

## 6 - ATA do dia 25/04/2023

### Fala dos membros da diretoria:

[REDACTED] cumprimenta a todos.

Informa desvios nas forças de segurança

Comunicado importante: Eleições do Conseg biênio.

Apesar da atuação das forças policiais de São Paulo ser marcada por diferentes formas de brutalidade contra a população, corrupção e associação ao mercado ilegal de

armas e drogas, com casos amplamente divulgados pela imprensa, tais assuntos não são mencionados nas reuniões, nem pela diretoria e nem pelos munícipes que participam. Tal tipo de demanda não parece corresponder à realidade daqueles que ocupam o espaço do CONSEG ou sequer são considerados necessariamente um problema a ser resolvido, como no caso das prisões ilegais e execuções sumárias.

Enquanto os policiais são tratados em todas as ocasiões como heróis pela diretoria e pela população presente nas reuniões, as pessoas em situação de pobreza extrema que transitam ou se instalam na região de responsabilidade do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu por diferentes motivos, são constantemente associadas ao aumento de roubos, furtos e uso de drogas. Quando essas pessoas não são automaticamente descritas como “criminosos” ou “marginais”, alguns as descrevem como “zumbis” – apelido pejorativo atribuído as pessoas que estão em situação de rua e fazem uso de crack.

## 7 - ATA do dia 25/07/2023

**Assunto:**

Outros

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

██████████ cumprimenta todos. Aumento grande de zumbis na região com aumento de roubos, assaltos e lixo espalhado. Exigir EPIs das empresas que coletam o lixo. Relata o roubo de tampas de bueiros.

**Tipo de Assunto:**

Denúncias

No geral, entre as dez atas disponibilizadas para análise documental da presente pesquisa, as principais demandas presentes – e algumas vezes as únicas – estavam relacionadas a roubos e furtos, perturbação de sossego provocado por bares e aglomerações, problemas de zeladoria e uso de alguma substância psicoativa em área pública. Prisões de pessoas envolvidas com comercio varejista de drogas são comemoradas e divulgadas, e os moradores também passam informações que consideram contributivas para o combate ao tráfico de drogas.

## 8 - ATA do dia 29/11/2022

### Descrição:

Baladas na rua augusta numeral 480 e 65  
Sem alvará, sem segurança e sem AVCB.  
Funcionamento das 17 horas às 5 da manhã.  
Condensadoras do estabelecimento fazem o prédio estremecer, com ligações intermitentes.  
O prédio onde está localizada a balada também não tem AVCB, trocaram a fiação elétrica e trocaram o sistema de gás para de rua.  
Reclamação também da sujeira que essa balada causa por depositar lixo fora de horário.  
[REDACTED] vai enviar ofício urgente para a subprefeitura e pedir vistoria do corpo de bombeiros.  
[REDACTED] informa da legislação que existe no site do corpo de bombeiros e a consulta ao AVCB dos estabelecimentos.  
Site: acesso ao cidadão, consulta pública.  
Informação de 4 invasões no Pacaembu, rua Manuel Torino e Traipu.  
município informa de assalto a residência na rua principado de Mônaco, ladrões fugiram em sentido rua Angatuba.  
Informa que a polícia não foi atrás dos bandidos e recomendaram a fazer boletim de ocorrência no distrito policial.  
[REDACTED] solicita as vítimas se conectar com o Conseg.  
Reclamação de cavalo mecânico estacionado em frente ao Nacional Club. Reclamação que já se repetiu no passado.  
Reclamação para a Cet. concessionária das obras do metrô com barulho de caminhões, obra na região do Pacaembu.  
[REDACTED] síndico de prédio na Maestro Cardim com a rua pedroso.  
Obras do metrô são Joaquim, placa de proibido estacionar em uma rua de uma mão que não respeitam.  
Caminhões ficam parados na frente do prédio, existem 3 hospitais na rua, ambulância não tem por onde passar.  
existem moradores em barracas que precisam de uma ação social, ficam na porta do pão de açúcar que ajuda fomentando.  
Essa região não pertence ao nosso Conseg, vai ser reencaminhado ao SMADS.  
[REDACTED] informa que em uma compensação vai negociar em fazer uma praça, entra em programação.  
[REDACTED], síndica do Vista Bela a Plínio Barreto. 4 elogios e uma demanda.  
Agradecimento a GCM  
Agradecimento ao [REDACTED] e sua equipe por ter sido ouvida com empatia, na elaboração de um boletim de ocorrência.  
[REDACTED] pede que conste em ata que quem tem medo de polícia é bandido, O cidadão de bem não.  
Agradecimento para a prefeitura pela iluminação na praça.  
Cet, duas entradas e saída, colocação de placa de proibido estacionar.  
Projeto que não implantado na Plínio Barreto.  
[REDACTED], morado do Pacaembu, relata sua demanda que já faz 11 meses.  
[REDACTED] informa que os traficantes da rua Itápolis foram presos.  
[REDACTED] agradece e informa que colocaram outro perfil de traficantes no local, dessa vez dois idosos.  
Recomendação de fazer o protocolo em outros serviços e enviar para o Conseg reencaminhar para a subprefeitura Sé.  
156 registra o pedido e começa a contar o prazo, nível de serviço SLA. Murão na rua Itápolis.

As análises documentais das publicações em redes sociais e das atas disponibilizadas atestam que o CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu perpetua as dinâmicas encontradas em outros conselhos investigados durante a revisão bibliográfica. As principais preocupações voltadas para a área da segurança pública são as ameaças à propriedade privada, como roubos, furtos, invasões de imóveis; e existe adesão hegemônica da diretoria e das manifestações de municípios registradas em ata

Pelos documentos supracitados, não é possível fazer um balanço sobre a distribuição racial da diretoria e dos participantes das reuniões mensais, mas é possível atestar que mecanismos de racialização de pessoas consideradas “ameaçadoras” são mobilizados com o objetivo de justificar a intervenção policial, em especial contra pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas. Outro aspecto interessante das demandas de segurança trazidas pelos participantes é o de que quase todos os problemas são estrangeiros ao território, trazidos por pessoas estranhas, geralmente foliões, pessoas em situação de rua, frequentadores de bares e praças.

É verificado dentro do objetivo proposto inicialmente que o desenvolvimento do neoliberalismo na sociedade brasileira combinou dispositivos formais de democratização política, ampliação de direitos civis e sociais, com modernização, e em diferentes setores, o aumento das políticas de repressão da pobreza, impactando os dados de encarceramento em massa e mortes decorrentes de intervenção policial, consolidando as particularidades brasileiras do estado centauro, segundo a formulação de Wacquant (2003).

Nesse sentido é possível considerar a implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública como um fator de avanço na aproximação de setores da sociedade civil com as instituições de segurança pública, como as polícias civis e militares. No entanto, tais espaços não podem ser considerados ambientes propícios para denúncias de abusos ou de controle civil das polícias, pelo contrário, os CONSEGs se configuram como lugar de apologia aos policiais, à intensificação das políticas de policiamento e de legitimação das violências praticadas por esses agentes.

Não cabe dentro da opção política adotada na pesquisa imaginar que as características de funcionamento dos CONSEGs levantadas neste tópico se trata de fragilidades institucionais ou de um déficit democrático, na tentativa de explicar a desigualdade de influência e poder de diferentes setores da sociedade que dividem o território da Consolação, Higienópolis e Pacaembu. Podemos associar essa combinação entre democracia liberal e a dilatação do controle policial e punitivo na sociedade, principalmente após a década dos anos de 1980, à conformação de um modelo de democracia securitária (Augusto; Wilke, 2020).

Tal modelo se adequa às demandas do neoliberalismo, consolidando uma forma de cidadania com novos enquadramentos jurídicos e com a distribuição racional e desigual da violência. Combina-se a operação de diferentes dispositivos de monitoramento, formas de partição democrática estatais e não-estatais, policiamento militarizado e a produção de uma figura política cada vez mais presente na vida social: o cidadão-polícia. (Lasintec, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a história da segurança no Brasil, e em especial, o processo de constituição e transformações das instituições policiais é também se deparar com a história da grande maioria da classe trabalhadora desse país. Pois é para a grande maioria da classe trabalhadora brasileira, constituída por mulheres, homens, negros, brancos, indígenas e imigrantes de todos os lugares do mundo, que as políticas de segurança se voltam.

Logo, nessa dissertação de mestrado foi possível demonstrar que não existe possibilidade de se debruçar sobre a política social de forma neutra, estando ela atravessada por tendências antagônicas em disputa. Adotando essa postura sobre a produção de pesquisa no campo do serviço social, podemos superar os debates marcados por produções meramente prescritivas e idealizadoras de como elas deveriam ser, trazendo as tensões que envolvem as formas como elas são.

Foi adotada a perspectiva da teoria social crítica, fundada no método de Marx, para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, foi possibilitado o questionamento do caráter burguês das ciências positivistas e trazer para a investigação um outro modo de relação entre sujeito e objeto, optando para uma análise relacional, compreendendo a política social enquanto resultado de relações complexas e contraditórias.

Ao contrário do método positivista descrito no primeiro capítulo, que busca transplantar os métodos das ciências da natureza para compreensão da realidade social, o método dialético-crítico busca apreender o núcleo histórico dos fatos, entendendo que a realidade é socialmente produzida nas relações humanas e que esta também pode ser radicalmente transformada.

Observando criticamente a formação social do Brasil e os paradigmas de segurança impostos em cada contexto histórico, conclui-se que as instituições policiais (ou o sistema de justiça criminal como um todo) se adaptaram constantemente para atender diferentes demandas de ordem da elite, quem correspondiam também às necessidades econômicas e às próprias transformações do Estado.

No contexto contemporâneo, apesar dos avanços adquiridos com a luta organizada dos trabalhadores, em especial a democratização e a Constituição Federal de 1988, as forças de segurança pública atuam de forma intensa e por vezes até mais brutal do que em períodos de autoritarismo. É observada a continuidade das torturas, execuções sumárias, chacinas, prisões em massa, enquanto forma regular (e não excepcional) de operação do monopólio da violência estatal.

A novidade apresentada para o contexto atual está no acoplamento de mecanismos de participação civil, tecnologias de monitoramento computacionais e do policiamento cada vez mais militarizado. Ocorre um amplo aprimoramento da distribuição racional e desigual da violência no capitalismo neoliberal, que como referido nos capítulos anteriores, também produz transformações na própria noção de cidadania que está se associando à prática policial.

Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública em São Paulo se inserem dentro desse processo de adaptação do estado Brasileiro às demandas democráticas que emergiram a partir do final da década de 1980, com o objetivo de romper com a tradição autoritária das polícias e inserir o cidadão na construção de estratégias de segurança nos diferentes territórios da cidade.

No entanto, esses espaços não podem ser considerados como alternativa para controle direto das forças policiais pela sociedade civil, mas sim um lugar de endosso e legitimação da forma brutal como a segurança pública é operada. Foram observadas nos diferentes espaços de representação do CONSEG Consolação/Higienópolis/Pacaembu elogios às operações marcadas por execuções, torturas e prisões ilegais, e críticas a medidas governamentais que tinham o objetivo de reduzir a letalidade policial.

O CONSEG investigado nesta pesquisa por meio das atas de reuniões segue o funcionamento de outros estudados durante a revisão bibliográfica, onde são mobilizados estereótipos de classe e raça para identificar as pessoas consideradas ameaçadoras para o território. As principais demandas levantadas pelos moradores e diretoria eleita são relacionadas a crimes contra o patrimônio, zeladoria e preocupações com a presença de pessoas em situação de rua ou em uso de substâncias psicoativas nas áreas públicas.

Conclui-se que as diferentes instituições de segurança instituídas no país foram criadas para serem utilizadas contra a grande maioria da população Brasileira. As diferentes transformações e reformas realizadas nessas instituições, em especial aquelas que tiveram como objetivo de adequá-las ao paradigma democrático e em respeito aos direitos humanos, não mudaram sua razão histórica de repressão e garantia da ordem social.

Estando a presente pesquisa alinhada com o compromisso revolucionário de contribuir para uma nova ordem societária, que tenha como norte relações justas, equânimes e de superação da exploração, os resultados encontrados reforçam a necessidade de construção de um projeto abolicionista penal, onde o que esteja em pauta não seja a formatação das instituições do sistema de justiça criminal, mas sim o questionamento radical da existência delas e do principal fator que as justificam: o crime.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. Dados, [S.L.], v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52582002000400005>.

ASTOLFI, R. C. Povo e polícia, uma só direção: os estreitos canais de participação dos conselhos comunitários de segurança da cidade de São Paulo. São Paulo: Dissertação de Mestrado - USP/SP. 2014.

AUGUSTO, A; WILKE, H. Racionalidade neoliberal e segurança: embates entre democracia securitária e anarquia. In: Neoliberalismo, Feminismos e Contracondutas. Margareth Rago (ORG.). Editora: Intermeios. São Paulo: SP. p 225 – 245. 2020.

AUGUSTO, Acácio. Política e Polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens. Rio de Janeiro: Lamparina. 2013.

BATISTA, Vera Malaguti. CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL. Passagens Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 20-39, 2009. Editora da Universidade Federal Fluminense. <http://dx.doi.org/10.5533/1984-2503-20091202>.

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução Crítica à Criminologia Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. O positivismo como cultura. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 293-307, 28 maio 2016. Passagens. <http://dx.doi.org/10.15175/1984-2503-20168205>.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2017.

BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERGALLI, Roberto; RAMÍREZ, Juan Bustos. O Pensamento Criminológico I: uma análise crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2020.

BERNARDO, João. Labirintos do fascismo: do racismo democrático ao racismo fascista. São Paulo: Hedra, 2022.

BRASÍLIA. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Relatório preliminar do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre denúncias de violações de direitos humanos no Guarujá e demais regiões da baixada santista durante a “Operação Escudo”. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2023.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Topoi (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 14, n. 26, p. 162-173, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x014026011>.

BRONZO, C. Conselhos de Políticas Públicas: Desafios para sua institucionalização. In: Enrique Saraiva e Elisabete Ferrarezi. (ORG.) Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP. v.2. p 149 – 166. 2006.

CARDOSO, V. L. Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública e a participação social: uma observação do CCS Rio Comprido-RJ. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado - UFRJ/SP. 2015.

CHRISTIE, Nils. A indústria do controle do crime. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

COELHO, Edmundo C. Em Busca de Identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. São Paulo: Record. 2000.

COTTA, Francis Albert. Matrizes do Sistema Policial Brasileiro. Minas Gerais: Crisálida, 2012.

DURKHEIM, Émile. Objeto e Método. In: NETTO, José Paulo (org.). Durkheim: sociologia. 5. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 41-72.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. Política e segurança. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

FOLTER, Rolf S. de. Sobre a fundamentação metodológica do enfoque abolicionista do sistema de justiça penal: uma comparação das ideias de Hulsman, Mathiesen e Foucault. Verve, São Paulo, v. 14, p. 180-215, jun. 2008.

GÓES, Luciano. A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

GRAHAN, Stephan. Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. Noliberalismo: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HOLLOWAY, Thomas H.. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K.. Polícia e política: relações Estados Unidos – América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. Penas Perdidas: o sistema penal em questão. São Paulo: D'Plácido, 2018.

ITURRALDE, Manuel. O governo neoliberal da insegurança social na América Latina: semelhanças e diferenças com o norte global. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). Loïc Wacquant: e a questão penal no capitalismo neoliberal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. Cap. 10. p. 169-196.

JAKOBS, Günther and MELIÁ, Manuel Cancio. Derecho Penal del Enemigo. Madrid: Civitas Ediciones, S. L., 2003.

JANOT, M. G. Interpretação Brasileira da Reforma do Setor de Segurança: Atualização da Doutrina de Segurança Nacional. Niterói: Dissertação de Mestrado - UFF/RJ. 2020.

JUNIOR, E. L. S. Política e segurança pública: uma vontade de sujeição. São Paulo: Dissertação de Mestrado - PUC/SP. 2007.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LASINTEC, Unifesp. Boletim (anti)segurança 15: brasilzinho, um grande jacaré. Disponível em: <https://lasintec.milharal.org/boletim/>. São Paulo: Unifesp. 2020.

LIMA, A. C. As representações de seus sujeitos e seu lugar nas disputas sociais pela cidade. São Paulo: Dissertação de Mestrado - USP/SP. 2015.

LOMBROSO, Cesare. O Homem Delinquente. São Paulo: Ícone, 2017.

LÖWY, Michael. Marxismo contra Positivismo. São Paulo: Cortez, 2018.

LUKÁCS, György (org.). Marxismo e Questões de Método na Ciência Social. In:

MARCHIORI, T. O Papel dos Municípios na Segurança Pública: Relações entre CONSEG e Administração Municipal. São Paulo: Dissertação de Mestrado - UNESP/SP. 2011.

MARQUES, Adalton. Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM. 2018.

MARQUES, Adalton. Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM. 2018.

MARX, Karl. O Capital: livro 1. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOURA, Clovis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clovis. *O NEGRO, DE BOM ESCRAVO A MAU CIDADÃO?* São Paulo: Dandara, 2021.

NETTO, José Paulo (org.). *Lukács: sociologia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. p. 59-108.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

OLMO, Rosa del. *A América Latina e a sua Criminologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

PINHEIRO, P. S.; IZUMINO, E. A.; FERNANDES, M. C. J. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). *Revista USP*, [S. l.], n. 9, p. 95-112, 1991. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i9p95-112. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25552>. Acesso em: 14 set. 2023.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2017.

SÃO PAULO. *Relatório de Pesquisa Necdh. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. OPERAÇÃO CACHIMBO: relatório das detenções em massa realizadas na Cracolândia*. São Paulo: Edepe, 2023.

SÃO PAULO. Resolução SSP nº 013 de 27 de Fevereiro de 2018. Aprova e institui o Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs. Disponível em: < <https://bitly.com/hKRhv> >. Acesso em dezembro de 2021.

SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. "Justiçeiros" e violência urbana. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVESTRE, Giane. Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2018.

TIBOLA, A. P. A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949- 1966). Passo Fundo: Dissertação de Mestrado - UFPF/RS. 2007.

VALENTE, R. Guerra de classe e “segurança pública”: sobre as conexões estruturais entre a organização política da violência e a ordenação da relação produtiva no Brasil contemporâneo. São Paulo: Dissertação de Mestrado - UNICAMP/SP. 2018.

WACQUANT, Loïc. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança. In: BATISTA, Vera Malaguti (org.). Loïc Wacquant: e a questão penal no capitalismo neoliberal. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012. Cap. 1. p. 11-42.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, Max. Metodologias das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2022.

# ANEXOS – ATAS DE REUNIÕES DO CONSEG CONSOLAÇÃO/HIGIENÓPOLIS/PACAEMBU



## CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

### ATA DE REUNIÃO

**Município:** São Paulo

**CONSEG:** SÃO PAULO - CONSOLAÇÃO / HIGIENÓPOLIS / PACAEMBU

**Data da Reunião:**

29/11/2022

**Hora de Início:**

19:30

**Hora de Encerramento:**

21:30

**Local da Reunião:**

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS

**Endereço da Reunião:**

RUA NESTOR PESTANA, 147 - 1º A - CONSOLAÇÃO

**Pauta da Reunião:**

Solicitações de Zeladoria da Prefeitura, denúncias de roubos e perturbação de sossego na região.

**Ajuste de Pauta:**

**Nº de Pessoas:**

40

### Forma de Divulgação da Reunião

Forma	Especificar
Sites	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com
E-mail/Convite eletrônico	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com
Contato pessoal	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com

### Membros da Diretoria Presentes

Função	Nome
Segundo Secretário	4. [REDACTED]
Primeiro Secretário	[REDACTED]
Presidente	[REDACTED]
Diretor Social	5. [REDACTED]

### Fala dos membros da diretoria:

[REDACTED] anuncia as certidões de reconhecimento para: [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], Igreja Universal e [REDACTED].



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Membros Natos Presentes

Membro nato PM:

Membro nato PC:

Ausente

Presente

## Autoridades Presentes:

Função	Nome
Outros	[REDACTED]
Representante da Subprefeitura	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Fala dos membros natos e autoridades presentes:

Dia 19 de novembro Dia da Bandeira.  
Reunião com 4 batalhões CPM/1 Área 1.  
Reclamação policiais para cuidar das manifestações.  
Solicitação para ser convidado para todas as reuniões, todos os Consegs.  
Trabalhando em um jornal do Conseg.  
Heróis do mês, Inspetor Assunção e [REDACTED].  
Blitz na Caio Prado de motos e bikes.  
Ofício para o primeiro batalhão de trânsito fiscalizar.  
Arrastão no Viaduto 9 de julho, foram presos 4 delinquentes.  
Preso a 5 traficantes na praça roosevelt pela equipe do [REDACTED].  
[REDACTED] enaltece a dedicação da Marta.  
Polícia faz, policiais são natos e a polícia prende.  
Fica a disposição para as demandas.  
[REDACTED] que agradece o [REDACTED] pelo empenho do 4º DP 24 horas.  
[REDACTED] deseja um boa noite a todos.  
Inspetoria da sé responsável pela região.  
Espera 100 guardas para o ano que vem  
GCM a disposição de todos, avenida do estado 680.  
[REDACTED] deseja um boa noite a todos.  
Informa o grande apreço que o [REDACTED] tem pelos Consegs.  
35 anos de trabalho e grande conhecimento pelos Consegs.  
Reunião com os 12 Consegs do centro e depois com um a um.  
Parceria profícua, Conseg consolação é o que mais fala de segurança.  
Zeladoria pode ajudar na segurança. Função do munícipe que se preocupa com segurança  
Que informações os munícipes podem passar para as forças de segurança.  
Planejamento dos delitos que já aconteceram, questões dos que moram na região.  
Pessoa de bem, cuidar dos vizinhos, olhar de segurança.  
[REDACTED] do Corpo de bombeiros.  
Comandante das áreas da vila mariana, Sacomã, Jabaquara e consolação.  
Agradece o prestígio que o Conseg deu ao corpo de bombeiros.  
Informa que atende a 1500 ocorrências por mês, como quedas, grandes incêndios, afogamentos etc.  
O corpo de bombeiros trabalha com prevenção primaria, pronta resposta de 30 segundos para sair do quartel.  
Quem atende afogamentos é batalhão marítimo.  
O corpo de bombeiros oferece palestras de orientação e conscientização.  
Endereço do batalhão, rua domingos de Moraes, 2329.  
Programa do bombeiro educador para o público do ensino fundamental:  
Conceitos de prevenção primaria.  
Informa que sistemas de combate a incêndios funcionando facilitam a ação dos bombeiros.  
Bombeiros salvam vidas, polícia civil apura as causas e instaura inquéritos policial. Polícia judiciaria que determina se houve culpados.  
[REDACTED] considera que os bombeiros e a GCM sejam membros natos no próximo governo.  
[REDACTED] apresenta o novo membro do Conseg [REDACTED], professora da rede municipal e moradora da praça roosevelt a 20 anos.

## Assuntos Tratados - Polícia Militar

## Assuntos Tratados - Polícia Civil



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Assuntos Tratados - Prefeitura

**Assunto:**

Excesso de ruído (som alto)

**Tipo de Assunto:**

Reclamações

**Interessado:**

MUNICIPE

**Descrição:**

Baladas na rua augusta numeral 480 e 65  
Sem alvará, sem segurança e sem AVCB.  
Funcionamento das 17 horas às 5 da manhã.  
Condensadoras do estabelecimento fazem o prédio estremecer, com ligações intermitentes.  
O prédio onde está localizada a balada também não tem AVCB, trocaram a fiação elétrica e trocaram o sistema de gás para de rua.  
Reclamação também da sujeira que essa balada causa por depositar lixo fora de horário.  
[REDACTED] vai enviar ofício urgente para a subprefeitura e pedir vistoria do corpo de bombeiros.  
[REDACTED] informa da legislação que existe no site do corpo de bombeiros e a consulta ao AVCB dos estabelecimentos.  
Site: acesso ao cidadão, consulta pública.  
Informação de 4 invasões no Pacaembu, rua Manuel Torino e Traipu.  
município informa de assalto a residência na rua principado de Mônaco, ladrões fugiram em sentido rua Angatuba.  
Informa que a polícia não foi atrás dos bandidos e recomendaram a fazer boletim de ocorrência no distrito policial.  
[REDACTED] solicita as vítimas se conectar com o Conseg.  
Reclamação de cavalo mecânico estacionado em frente ao Nacional Club. Reclamação que já se repetiu no passado.  
Reclamação para a Cet. concessionária das obras do meto com barulho de caminhões, obra na região do Pacaembu.  
[REDACTED] síndico de prédio na Maestro Cardim com a rua pedroso.  
Obras do metrô são Joaquim, placa de proibido estacionar em uma rua de uma mão que não respeitam.  
Caminhões ficam parados na frente do prédio, existem 3 hospitais na rua, ambulância não tem por onde passar.  
existem moradores em barracas que precisam de uma ação social, ficam na porta do pão de açúcar que ajuda fomentando.  
Essa região não pertence ao nosso Conseg, vai ser reencaminhado ao SMADS.  
[REDACTED] informa que em uma compensação vai negociar em fazer uma praça, entra em programação.  
[REDACTED], síndica do Vista Bela a Plínio Barreto. 4 elogios e uma demanda.  
Agradecimento a GCM  
Agradecimento ao [REDACTED] e sua equipe por ter sido ouvida com empatia, na elaboração de um boletim de ocorrência.  
[REDACTED] pede que conste em ata que quem tem medo de polícia é bandido, O cidadão de bem não.  
Agradecimento para a prefeitura pela iluminação na praça.  
Cet, duas entradas e saída, colocação de placa de proibido estacionar.  
Projeto que não implantado na Plínio Barreto.  
[REDACTED], morado do Pacaembu, relata sua demanda que já faz 11 meses.  
[REDACTED] informa que os traficantes da rua Itápolis foram presos.  
[REDACTED] agradece e informa que colocaram outro perfil de traficantes no local, dessa vez dois idosos.  
Recomendação de fazer o protocolo em outros serviços e enviar para o Conseg reencaminhar para a subprefeitura Sé.  
156 registra o pedido e começa a contar o prazo, nível de serviço SLA. Murão na rua Itápolis.



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

Assuntos Tratados - Conselho Tutelar

Assuntos Tratados - Delitos Apontados

Palestras

Projetos

Homologação de novos Membros + Solicitação à Coordenadoria dos CONSEGS

Homologação de novos membros:

Solicitação à coordenadoria dos CONSEGS:

Lista de Presença

Função	Nome
Membro Efetivo	[REDACTED]

Demais presentes:



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Assinaturas

Presidente	1. [REDACTED]	19/12/2022
Primeiro Secretário	3. [REDACTED]	19/12/2022
Membro Nato - Polícia Civil	[REDACTED]	19/12/2022
Membro Nato - Polícia Militar	[REDACTED]	19/12/2022



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## ATA DE REUNIÃO

**Município:** São Paulo

**CONSEG:** SÃO PAULO - CONSOLAÇÃO / HIGIENÓPOLIS / PACAEMBU

**Data da Reunião:**

25/04/2023

**Hora de Início:**

19:30

**Hora de Encerramento:**

21:00

**Local da Reunião:**

IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS

**Endereço da Reunião:**

Rua da Consolação, 1950 - Higienópolis

**Pauta da Reunião:**

REUNIÃO ORDINÁRIA - SEGURANÇA PÚBLICA

**Ajuste de Pauta:**

**Nº de Pessoas:**

45

### Forma de Divulgação da Reunião

Forma	Especificar
Contato pessoal	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com
Sites	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com
Sites	facebook

### Membros da Diretoria Presentes

Função	Nome
Presidente	1. [REDACTED]
Primeiro Secretário	3. [REDACTED]
Segundo Secretário	4. [REDACTED]

### Fala dos membros da diretoria:

[REDACTED] cumprimenta a todos.

**Infoma desvios nas forças de segurança**

Comunicado importante: Eleições do Conseg biênio.



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Membros Natos Presentes

Membro nato PM:

Membro nato PC:

Presente

Presente

## Autoridades Presentes:

Função	Nome
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]

## Fala dos membros natos e autoridades presentes:

[REDACTED], deseja uma boa noite a todos e fica a disposição.  
[REDACTED], Boa noite a todos,  
2ª reunião que participa e informa que a reunião passada foi produtiva.  
Tem como priorização junto a policia civil e prefeitura atacar o comercio irregular.  
Fechando o mês de abril vai ter uma queda grande nos índices.  
Por conta de 2 meses normais para a comparação.  
A policia não é onipresente.  
Policia militar em parcerias está para somar.  
[REDACTED] da inspetoria Sé, agradece a todos os presentes.  
Faz proteção dos agentes públicos, a GCM faz a proteção.  
Informa que novo plano de zeladoria incorpora a praça roosevelt.  
Destaca a proteção da dignidade da pessoa humana.  
Informa que atende a 8 Consegs e fica a disposição e agradece.  
[REDACTED], informa que a prefeitura está a disposição para ajudar a policia civil no controle das atividades.  
Parabeniza a [REDACTED] pelo desafio de resolver os problemas da coletividade.

## Assuntos Tratados - Polícia Militar

Assunto:

Tipo de Assunto:

Outros

Reclamações

Interessado:

Municipe

Descrição:

[REDACTED], morador da praça roosevelt, informa que a praça depois da 1 hora, usuários trazem caixas de som e pergunta de que m é a responsabilidade por fiscalizar?

Impresso em 01/09/2023

Página 2 de 5



## CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

**Latrocínio na consolação no final de semana**, de quem é a prerrogativa desse problema, da policia civil?

Focando para dar uma sensação de segurança.

Direcionando, trazer atividade delegada pelo alto comando.

Reforçar o efetivo com voluntários em operações especiais.

Informa que a praça roosevelt tem legislação especifica em relação ao som.

Uma área de 8 cias , base da GCM da praça foi desativada.

Segue com operação sossego na área da bela vista e Cambuci.

Informa que apenas 11 pessoas trabalham no Psu.

Informa q existe Tenda de serviços na praça da Sé e região da praça marechal Deodoro.

Trabalha com 7 viaturas a noite em pontos fixos.

Informa que a GCM não tem autoridade para fazer apreensão sem o apoio da prefeitura.

Inspetoria integradas com operação de mesas e cadeiras e de uma hora da manhã.

Atendem a demanda da parada LGBT a parada para Jesus.

Necessário mais efetivo, 947 guardas em formação.

██████████ fazia acontecer.

Muita ocorrências não relatadas.

██████████

1000 policiais para a área central.

Operação delegada, cenário para reverter a perturbação do sossego.

Questões que tem que ser discutidas, O que nos queremos para a praça roosevelt?

██████████, morador da praça,

Escutou comentário deixa o vendedor de drogas que não te assalto.

Barulho é questão de saúde, recorde de números de boletins de ocorrências de barulho na região.

Bares estão fazendo shows públicos.

Sugestão de abordagens mais instrutivas na questão do barulho.

██████████, moradora, informa de problema sistêmico, problemas com usuários vindos Cracolândia, que se disfarçam de moradores de rua.

Assedio no comercio na rua da consolação , no mercado OXXO.

Solicita ação preventiva na região.

Assediam e furtam principalmente as mulheres .

Vai ser incluída no PVS da região da região da praça.

Reunião permanente com grupo do centro para organizar apitajo.

██████████ moradora, pergunta se a operação vai subir a rua augusta.

Tem reclamações dos numerais 940 E 747, e vai passar por e-mail para a Marta.

██████████, moradora , solicita para a CET a reprogramação dos faróis da rua Antônio Carlos nos domingos e feriados por conta da paulista fechada para os carros.

Reclamação da academia BLUE FIT que não tem AVCB que funciona 24 horas gerando grande vibração no prédio do qual é moradora.

██████████, morador vizinho da igreja universal que mora em vila tombada na rua coronel Eusébio e travessa Dona Paula , tem o local invadido por bares e festas sem autorização por cerca de 2 anos. Vai passar todos os protocolos para a

██████████.

Próxima reunião dia 30/05 na Igreja Universal.

Seguimos lutando.



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

Assuntos Tratados - Polícia Civil

Assuntos Tratados - Prefeitura

Assuntos Tratados - Conselho Tutelar

Assuntos Tratados - Delitos Apontados

Palestras

Projetos

Homologação de novos Membros + Solicitação à Coordenadoria dos CONSEGS

Homologação de novos membros:

Solicitação à coordenadoria dos CONSEGS:

## Lista de Presença

Função	Nome
Membro Efetivo	[REDACTED]
Membro Efetivo	[REDACTED]
Membro Efetivo	[REDACTED]

Demais presentes:



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Assinaturas

Presidente	1. [REDACTED]	04/05/2023
Primeiro Secretário	3. [REDACTED]	04/05/2023
Membro Nato - Polícia Civil	[REDACTED]	11/05/2023
Membro Nato - Polícia Militar	[REDACTED]	10/05/2023



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Membros da Diretoria Presentes

Função	Nome
Presidente	1. [REDACTED]
Vice Presidente	2. [REDACTED]
Primeiro Secretário	3. [REDACTED]
Segundo Secretário	4. [REDACTED]

## Fala dos membros da diretoria:

Apresentação do [REDACTED].  
Gerente de segurança do Mackenzie coloca-se à disposição.  
**Ações do CONSEG**  
Campanha do agasalho  
Brinquedos infantis na Praça Roosevelt  
Operações do 4º DP e 7º Batalhão  
Nota de esclarecimento  
**Grupo de WhatsApp Praça Roosevelt**  
Forças vivas do Centro  
[REDACTED], subsíndica do edifício Brasil  
Martinho Prado x R. Santo Antônio  
Coord. de Segurança do Museu Judaico

## Membros Natos Presentes

<b>Membro nato PM:</b>	<b>Membro nato PC:</b>
Presente	Representado

[REDACTED]

## Autoridades Presentes:

Função	Nome
Outros	[REDACTED]
Representante da CET	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]
Representante GCM	[REDACTED]
Sub-Prefeito	[REDACTED]
Outros	[REDACTED]



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Fala dos membros natos e autoridades presentes:

Capitão, [REDACTED] cumprimenta todos. Desencadeando uma operação no horário noturno. Índices criminais não apontam crimes. Vai reforçar o policiamento. Informação de como funciona o programa "Vizinhança Solidária". 7 grupos não são para polêmicas. Ligar para o 190.

[REDACTED] agradece o 7º BPM.

[REDACTED], síndica tem segurança com 147 câmeras. Assaltos e roubos no escadão que fica na 9 de Julho com a Martinho, usam como rota de fuga. Entrega de pendrive com filmagens dos assaltos. Ponto de usuários de drogas e mictório público.

Edifício Brasil tem 399 apartamentos com 1020 moradores ao lado do escadão.

## Assuntos Tratados - Polícia Militar

**Assunto:**

Aumento de Efetivo

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

[REDACTED], moradora da M. Prado: Síndica relata crimes na área e sente-se desamparada.

**Tipo de Assunto:**

Reclamações

**Assunto:**

Aumento de Efetivo

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

[REDACTED] entrega um abaixo assinado com 400 assinaturas para a volta da base na Praça 14 Bis; região está tornando-se uma Cracolândia. Solicita convocação para discutir que os comerciantes façam a base da polícia

**Tipo de Assunto:**

Reclamações

**Assunto:**

Outros

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

[REDACTED] cumprimenta todos. Aumento grande de zumbis na região com aumento de roubos, assaltos e lixo espalhado. Exigir EPIs das empresas que coletam o lixo. Relata o roubo de tampas de bueiros.

**Tipo de Assunto:**

Denúncias



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

■■■■■ solicita policiamento na região do Pacaembu pela Polícia Militar.

Obs.: Capitão, ■■■■■ vai verificar as subnotificações. Região do Pacaembu, setor 3, com menos crimes. Vai reforçar o plano de policiamento da região.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Sugestões

**Interessado:**

■■■■■

**Descrição:**

Coronel, ■■■■■: A sociedade precisa discutir a questão da população de rua; política pública. Entender o processo para poder se defender. Site para saber a coleta do lixo. Auditoria para checar o funcionamento do 156 na Subprefeitura Sé. 35.000 pessoas moram na região.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

■■■■■

**Descrição:**

■■■■■ comenta sobre a falta de boletim de ocorrência

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

■■■■■: Entrega documento com projeto de trabalho de comunidade. Solicita iluminação de qualidade na escada da 9 de Julho. Rega das plantas. Projeto cultural para os escadões da 9 de Julho.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Reclamações

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

██████████: Morador do viaduto 9 de Julho, 4 escadarias e solicita iluminação e policiamento no local. Traz abaixo assinado dos moradores.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

██████████: Usuários que se passam por moradores de rua. Demandas anteriores foram atendidas, preocupação com a abertura do novo OXXO na Estação Mackenzie. Trabalha na cartilha de apoio ao comércio.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Reclamações

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

██████████: Por que os OXXO têm autorização de trabalhar 24 horas?  
Coronel, ██████████: Autorização auto declaratória, sugere trazer o gestor dessa rede para discutir o problema que eles causam.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

██████████

**Descrição:**

██████████ relata a importância do 156 e do 153. Necessário trazer as demandas.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

██████████, Rua Maria Borba: Solicita fiscalização dos bares por conta do barulho e mesas e cadeiras na calçada.



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Reclamações

**Interessado:**

Munícipe

**Descrição:**

██████ cumprimenta todos. Apresenta Projeto "Cura São Paulo". Hub de acolhimento na Rua PratES. Elaboração de cartilha de boas práticas para os comerciantes e moradores.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

██████

**Descrição:**

██████: Tribunal de Justiça de São Paulo fica à disposição dos conseqüianos.

**Assunto:**

Outros

**Tipo de Assunto:**

Pedidos

**Interessado:**

████████████████████

**Descrição:**

Área pública ociosa, a Prefeitura busca parceiros para ocupação.

Assuntos Tratados - Polícia Civil

Assuntos Tratados - Prefeitura

Assuntos Tratados - Conselho Tutelar

Assuntos Tratados - Delitos Apontados

Palestras

Impresso em 01/09/2023

████████████████████



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## Projetos

### Homologação de novos Membros + Solicitação à Coordenadoria dos CONSEGS

Homologação de novos membros:

Solicitação à coordenadoria dos CONSEGS:

## Lista de Presença

Função	Nome
Membro Efetivo	[REDACTED]
Membro Efetivo	[REDACTED]
Membro Efetivo	[REDACTED]
Membro Efetivo	[REDACTED]

Demais presentes:



# CONSEG

COORDENADORIA ESTADUAL DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA

## ATA DE REUNIÃO

**Município:** São Paulo

**CONSEG:** SÃO PAULO - CONSOLAÇÃO / HIGIENÓPOLIS / PACAEMBU

**Data da Reunião:**

25/07/2023

**Hora de Início:**

19:30

**Hora de Encerramento:**

21:30

**Local da Reunião:**

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

**Endereço da Reunião:**

Rua Piauí, 143 - CONSOLAÇÃO

**Pauta da Reunião:**

REUNIÃO ORDINÁRIA - SEGURANÇA PÚBLICA

**Ajuste de Pauta:**

**Nº de Pessoas:**

50

## Forma de Divulgação da Reunião

Forma	Especificar
Sites	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com
E-mail/Convite eletrônico	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com
Boletim/Informativo	cadastro dos conseguianos por conseg.consolacao@gmail.com